

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**Curso de Pós Graduação em Administração**

**CRISTINA MELIM PETRELLI**

**ASSISTÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL: AS  
EXPERIÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO  
SUPERIOR PARTICIPANTES DO SISTEMA ACAFE**

**FLORIANÓPOLIS – SC**  
**2004**

**CRISTINA MELIM PETRELLI**

**ASSISTÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL:  
AS EXPERIÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO  
SUPERIOR PARTICIPANTES DO SISTEMA ACAFE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração na Universidade Federal de Santa Catarina do Curso de Pós-Graduação em Administração. Área de concentração em Políticas e Gestão Institucional.

Orientador: Prof. Nelson Colossi, Dr.

**FLORIANÓPOLIS – SC**

**2004**

**CRISTINA MELIM PETRELLI**

**ASSISTÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL:  
AS EXPERIÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO  
SUPERIOR PARTICIPANTES DO SISTEMA ACAFE**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Políticas e Gestão Institucional do Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina e aprovada, em sua forma final, em 17 de dezembro de 2004.

---

Prof. José Nilson Reinert, Dr.  
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

---

Prof. Nelson Colossi, Dr.  
Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Marli Dias de Souza Pinto, Dra.  
Banca Examinadora

---

Prof. Paulo Marcio Cruz, Dr.  
Banca Examinadora

Dedico este trabalho, e a realização do mestrado, aos meus filhos Victor e Thaís, que sem perceber, ou pretender, são a razão da minha luta constante e da força que me faz suportar a tudo e a todos.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus que me deu a capacidade e a perseverança para chegar até o final desta pós-graduação.

Agradeço aos meus filhos Thaís e Victor e em especial ao meu querido marido Marcello, por suportarem a minha ausência e assim mesmo continuarem torcendo pela minha realização profissional e sendo o meu porto seguro.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Nelson Colossi, que esteve sempre presente nos momentos em que precisei de orientação e encaminhamentos técnicos e até mesmo orientações pessoais, no qual muitas vezes me ouviu com a maior paciência sem me julgar.

Aos meus pais, Sônia e Danilo que me acompanharam ao longo desta trajetória e pelo apoio e amor incondicional.

A minha querida avó Nôemia, que mesmo estando longe, sei que muito rezou pedindo a Deus que iluminasse os meus caminhos.

A minha grande amiga Selma, que mesmo de longe sempre esteve presente incentivando.

Aos amigos Washington e Silvio, pelas nossas longas conversas e porque muitas vezes suportaram os meus devaneios e ainda assim sonharam comigo.

A minha futura cunhada Eloise, pelas conversas de madrugada, desabafos e muito riso.

Ao pessoal da Secretaria do CPGA, em especial a Graziela, sempre disposta a atender e resolver qualquer situação.

Sou grata também aos professores que me ensinaram e ajudaram, em suas especializações, no aprendizado da atividade profissional por mim escolhida.

A todos os meus amigos, sem citar nomes para não faltar com algum, mas que com certeza, foram fundamentais para a realização do início ao fim dessa etapa importante da minha vida.

Aos meus filhos, aos meus pais, ao meu marido e aos amigos, sem vocês todos e a vontade de Deus, eu nada poderia ter feito.

Devia ter complicado menos, trabalhado menos  
Ter visto o sol se pôr. Devia ter me importado menos com  
problemas pequenos. Ter morrido de amor. Queria ter  
aceitado a vida como ela é a cada um cabe alegrias e a  
tristeza que vier.

(Música Epitáfio – Titãs)

## RESUMO

Nem sempre a sociedade em geral percebe a amplitude da ação educadora das Instituições de Ensino Superior e, assim não a reconhecem como uma instituição promotora da transformação social. O objetivo deste trabalho é demonstrar que as Instituições de Ensino Superior realizam sua função social contribuindo efetivamente para o desenvolvimento da sociedade em todos seus aspectos. Diante deste contexto foram entrevistados funcionários de seis instituições de ensino superior, vinculadas a Acafe, com a intenção de conhecer os principais programas e ações sociais, suas semelhanças e experiências e forma de divulgação. Portanto, o trabalho procura demonstrar que a missão das Instituições de Ensino Superior vai além de suas funções básicas de Ensino, Pesquisa e Extensão, ou seja, a missão institucional de uma IES inclui a Responsabilidade Social.

**Palavras-chave:** Responsabilidade social; Assistência; Instituições de Ensino Superior.

## ABSTRACT

Not always, the society in general realizes the amplitude of the teaching action of the College Institutions, and because of this doesn't recognize it as an institution which promotes social transformation.

The objective of this work is to demonstrate that Universities do their social function contributing effectively for the developing of society in all its aspects.

Facing this context, six College Institutions linked to ACAFE were interviewed, with the purpose, of knowing the main programs and social actions, similarities, experiences and ways of publicizing. Although, the task aims to demonstrate that the mission of College Institutions goes farther than the basic functions of Teaching, Researching and Extension, in other words, the institutional mission of a college Institution includes Social Responsibility.

**Key-words:** Social Responsibility; Support; University (College Institution); Actions.



## LISTA DE SIGLAS

ADVB - Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil  
FIDES - Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social  
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau  
GIFE - Grupo de Fundações e Instituto Empresariais  
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais  
IDES – Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior  
IES - Instituições de Ensino Superior  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
ONG – Organização Não Governamental  
PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras  
PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais  
UnC - Universidade do Contestado  
UNIFEBE - Centro Universitário de Brusque  
UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina  
UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí  
UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Diferença entre filantropia e a responsabilidade social .....	<b>56</b>
<b>Quadro 2</b> - Definição do foco das ações de assistência e responsabilidade social baseado na Lei nº 8.742/93, Art. 2º .....	<b>58</b>
<b>Quadro 3</b> - Caracterização das Instituições de Ensino Superior .....	<b>72</b>
<b>Quadro 4</b> - Comparação das experiências .....	<b>83</b>
<b>Quadro 5</b> - Parceiros das Ações sociais.....	<b>85</b>
<b>Quadro 6</b> - Incidências das Ações sociais.....	<b>85</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1 Tema e problema da pesquisa .....	13
1.2 Objetivos.....	14
1.3 Justificativa .....	14
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA EMPÍRICA</b> .....	<b>16</b>
2.1 Instituições de Ensino Superior (IES).....	16
2.1.1 História e evolução das Universidades.....	16
2.1.2 Tipos de Instituições de Ensino Superior .....	22
2.1.3 IES: e a questão da Assistência e a Responsabilidade Social.....	23
2.2 Assistência social: conceitos, formulação e subsídios .....	24
2.2.1 Resgate histórico da Assistência Social .....	25
2.2.2 Aspectos Legais da Assistência Social .....	27
2.3 Responsabilidade Social: conceitos, subsídios e formulação .....	31
2.3.1 Aspectos conceituais básicos de Responsabilidade Social .....	32
2.3.2 O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.....	36
2.3.3 Responsabilidade Social Empresarial: aspectos conceituais e gerais .....	37
2.4 A Assistência e a Responsabilidade Social nas Instituições de Ensino Superior .....	39
2.4.1 A universidade como instituição social .....	39
2.4.2 Experiências em Responsabilidade Social nas Instituições de Ensino Superior .....	41
2.4.3 As Instituições de Ensino Superior e a cidadania empresarial.....	45
2.5 Responsabilidade Social: no terceiro setor .....	45
2.5.1 Assistência e Responsabilidade Social como estratégia de negócios .....	46
2.6 O Balanço Social: um indicador de responsabilidade social .....	48
2.6.1 A publicação do balanço social .....	50
2.6.1.1 Modelos de balanço social .....	53
2.7 Síntese entre assistência e Responsabilidade Social .....	56
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>60</b>
3.1 Pergunta de Pesquisa .....	60
3.2 Caracterização da pesquisa .....	60
3.3 Contexto do estudo e informantes da pesquisa .....	64
3.4 Instrumentos de coleta de dados.....	66
3.4.1 Análise de dados .....	67
3.5 Cuidados éticos na pesquisa.....	69
3.6 Limitações da pesquisa .....	69

<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS .....</b>	<b>71</b>
4.1 Caracterização das IES estudadas .....	71
4.2 Perfil dos entrevistados .....	74
4.3 Categorias de análise .....	74
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>87</b>
5.1 Conclusão.....	87
5.2 Recomendações.....	89
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>90</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>93</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

Este primeiro capítulo especifica o tema, o problema e os objetivos do estudo. Na seqüência, apresenta os argumentos que justificam a relevância, viabilidade e originalidade do tema e problema definido.

### **1.1 Tema e problema da pesquisa**

O contexto mundial incluindo atentados terroristas, guerra, fome, desigualdade e injustiça social, aponta a necessidade urgente de cada ser humano e instituição educacional refletir sobre o seu papel na sociedade.

Sabe-se que a capacidade do governo para executar tarefas sociais é de fato muito limitada. Neste contexto as Fundações Educacionais fazem muito mais do que apenas cuidar da questão “Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura”.

Existe o consenso de que é necessária e urgente a resolução de diversos problemas sociais e ambientais, considerados ameaçadores a paz e vida no planeta. Porém, mudanças começam a ocorrer. Diferentes setores da sociedade estão se posicionando em relação aos problemas sociais existentes e principalmente estão desenvolvendo práticas inovadoras, por meio das mais diversas instituições de cunho social.

As Instituições de ensino Superior (IES) estão iniciando processos de redefinição de seu papel na sociedade. Aproveitando seus recursos financeiros, tecnológicos, econômicos, físicos e a sua massa de conhecimentos passam a demonstrar preocupação com o ser humano e o meio ambiente, incorporando o conceito de responsabilidade social às suas estratégias de ação. As IES não pode estar desligada da realidade do mundo que a cerca, dos problemas do país e das questões sociais e econômicas da região ou cidade em que estão localizadas. Ela precisa formar profissionais qualificados para as necessidades do presente e do futuro, mas também precisa formar cidadãos eticamente responsáveis com a sociedade em que vive. Diante deste contexto visualiza-se o fato de que as IES são efetivamente parceiras da sociedade.

Assim, diante do exposto pretende-se responder a seguinte pergunta: **Como se caracterizam os programas e ações de Assistência e Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Sistema ACADE?**

## **1.2 Objetivos**

O presente estudo tem como objetivo geral: analisar os programas e ações consideradas como de Assistência e Responsabilidade Social desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior do Sistema ACADE.

Em termos específicos, busca-se:

- Levantar os Programas e Ações realizadas pelas Instituições de Ensino Superior pesquisadas;
- Identificar e analisar os principais focos e alvos dos programas e ações de cada Instituições de Ensino Superior pesquisadas e suas respectivas formas de divulgação;
- Descrever os principais resultados de cada uma das Instituições de Ensino Superior pesquisadas;
- Comparar as experiências dos Programas e Ações das Instituições de Ensino Superior pesquisadas apontando as diferenças e as igualdades;
- Formular um quadro geral com os principais Programas e ações das Instituições de Ensino Superior pesquisadas.

## **1.3 Justificativa**

O ex-Ministro da Educação, Cristovam Buarque, sinalizou em dezembro de 2003, ao falar sobre sua proposta de mudança na avaliação do ensino superior, que o item que medirá o envolvimento da instituição com a sociedade terá um peso diferenciado no cálculo do conceito final do curso, servindo como critério de desempate para faculdades com a mesma nota nos outros critérios.

Pelo novo projeto que substitui o provão e os outros mecanismos atuais de avaliação da qualidade, os cursos ganharão um conceito (bem avaliado, intermediário ou não satisfatório) calculado a partir da média de quatro itens: processo de aprendizagem (provão); estrutura física e produção científica; corpo docente e envolvimento com a sociedade. Desta forma fica mais do que evidente que as instituições de Ensino Superior terão que se adequar a esta nova realidade que está voltada para a assistência e responsabilidade social.

A relevância da pesquisa justifica-se pelo fato de analisar os principais programas e ações de assistência e responsabilidade social que as Instituições de Ensino Superior pesquisadas estão desenvolvendo e formular um quadro geral.

Por fim, o estudo justifica-se como uma maneira adequada de caracterizar os programas e ações sociais desenvolvidas pelas instituições em assistência e responsabilidade social no qual atende em parte, as Portarias MEC/SESu nº 11 de 28 de abril de 2003 e nº 19 de 27 de maio de 2003 e instalada pelo Ministro da Educação, Cristovam Buarque, que em 29 de abril de 2003 aprovou o novo sistema de avaliação das IES (SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), aonde um dos critérios é avaliar as IES através da responsabilidade social. (BRASIL, 2003)

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA EMPÍRICA

A fundamentação teórica desta dissertação se estrutura da seguinte forma: a princípio faz-se um resgate sobre a evolução e história das universidades tanto no contexto mundial quanto no contexto nacional. Aborda-se também a definição dos conceitos de responsabilidade e assistência social envolvendo assim todas as palavras chaves que estão ligadas diretamente a estes termos. Posteriormente, apresenta-se as formas de divulgação de tais ações, finalizando assim com um diagnóstico de como algumas universidades catarinenses pertencentes ao Sistema ACADE estão trabalhando estas questões e as formas de divulgação de tais ações.

### 2.1 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES)

Em linhas gerais uma visão para compreender a Universidade é que esta é um centro de estudos, pesquisa e extensão que se caracteriza pela sua dimensão, transmissão de experiência cultural e científica da sociedade e que possui ampla capacidade de representação social, cultural, intelectual e científica. É uma instituição social de interesse público e um importante instrumento para o desenvolvimento da educação, da saúde, da cultura e da economia do país (ORTEGA, 1999).

#### 2.1.1 História e evolução das Universidades

A universidade surgiu de uma transição: quando a Europa dos dogmas e do feudalismo iniciava seu rumo ao renascimento do conhecimento e à racionalidade científica, do feudalismo ao capitalismo.

Na origem da universidade estava a transição da humanidade de uma etapa para outra: da vida rural para a vida urbana, do pensamento dogmático para o racionalismo, do mundo eterno e espiritual para o mundo temporal e terreno, da



Idade Média para a Renascença. A universidade é filha da transição e elemento dos novos tempos e de novo paradigma (BUARQUE, 2000, p. 21).

Sob a influência do cristianismo, a educação desprezou o papel de centro dos debates para a gestação e divulgação de novos conhecimentos, e concentrou-se no papel de formadora da juventude em escolas e conventos cristãos.

Segundo Buarque (2000), por muito tempo, o debate ficou concentrado nos choques entre dogmas e heresias da igreja. A preocupação estava em interpretar, não avançar, o conhecimento; era esclarecer através de luminares e revelações divinas em vez de expandir o número de conhecedores.

Com o passar dos séculos, a universidade passa a contribuir para os avanços do conhecimento. A partir dos anos 30, assumiu o papel de consolidadora e motora da revolução técnica, tornando-se um centro de geração do saber e da sociedade de consumo. Com seus cursos voltados para carreiras técnicas, tornou-se, também, um centro de modernização: “a universidade contestava reinventando técnicas, mas se freava na contestação do próprio destino”. (BUARQUE, 2000, p. 25).

Nos países desenvolvidos, a universidade tornou-se um importante centro de produção científica e tecnológica. Nos países de terceiro mundo, a universidade foi um instrumento que procurava reduzir a necessidade de importação da ciência, tecnologia e saber, porém, sem contestar o que realmente era importado, passando apenas a copiá-lo. De certa forma, a universidade, num primeiro momento, não foi capaz de dedicar-se ao seu território, a buscar respostas aos problemas do país em que estava inserida; analisava somente problemas externos, isolando-se cada vez mais de seu meio.

Na Europa, nos Estados Unidos, no Japão e mesmo em alguns países subdesenvolvidos, a existência de uma sociedade com razoável grau de unidade e de soberania permitiu a suas universidades sintonizarem-se com os projetos nacionais. Ao longo da história dos Estados Unidos, a universidade, com todo rigor e qualidade, tem estado vinculada aos projetos de desenvolvimento científico e tecnológico que servem aos interesses globais do país. No Japão, isso se dá de forma ainda mais rigorosa. Na Europa, dependendo do país e do momento histórico, as universidades viveram tempos de transformação, mas, ainda que através dos interesses das classes dominantes, sempre canalizando o trabalho para o enriquecimento cultural e técnico do país e do mundo (BUARQUE, 2000, p. 88).

As universidades, desde o princípio, estiveram vinculadas aos interesses nacionais, o que não é constatado na história das universidades brasileiras. Sua criação e a sua história, passaram por várias transformações que foram amplamente discutidas por vários grupos sociais no Brasil, porém, apenas no século XX surge a primeira universidade brasileira. Apesar das controvérsias históricas, parece ser consensual entre os historiadores que a primeira universidade criada pelo governo federal brasileiro foi a do Rio de Janeiro em 1920, que aglutinou as Escolas Politécnicas, de Medicina e de Direito já existentes.

Segundo Sanfelice (1999), esta criação tenha tido o propósito, dentre outros, de ditar um modelo universitário, uma vez que as ações privadas e nos estados tendiam a se proliferar sem controle. A universidade pública no Brasil, foi criada para suprir elementos essenciais da construção nacional que estavam ausentes nas escolas isoladas de cursos superiores. Unir escolas e/ou faculdades já fundadas, tornou-se uma estratégia certa do sistema de ensino universitário brasileiro. Baseadas na universidade o Rio de Janeiro foram criadas as universidades federais nos estados. Para Sanfelice, a presença de oligarquias na criação das universidades, e os diversos acordos realizados entre o poder federativo e os estados, são apontados como intimamente relacionados aos diversos caminhos trilhados pelas universidades brasileiras desde a sua criação.

Assim, começaram a surgir discussões a respeito da estrutura e do papel que deveria exercer uma universidade federal. O país precisava abandonar a opinião do ensino superior profissional utilitário, destinado apenas a habilitar o estudante para o exercício da profissão. Este pensamento, segundo Teixeira (1998), resultou da universidade de que o Brasil teve experiência, a Universidade de Coimbra, que era formada por escolas profissionais. Porém, o que provocou uma forte expansão do ensino superior no Brasil foram os processos de industrialização e urbanização da década de 30. De acordo com Silveira (1987), foi a partir de 1931 que a idéia da universidade tornou-se mais clara e precisa. A universidade deveria assumir a finalidade didática e social, pois passava a fazer parte da comunidade, atuando como um “centro de contato”. A expansão do ensino superior público no país deu-se através da fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, e da Universidade do Distrito Federal, em 1935 (a qual foi extinta em 1939), ambas contendo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Para Teixeira (1998), mesmo depois da criação destas faculdades e da reformulação da universidade após 1930, persistiu a tradição

da escola superior independente e auto-suficiente e da universidade como instituição do tipo “confederação de escolas”, ou seja, a estrutura antiga de escolas profissionais isoladas conservou-se, constituindo a universidade apenas a sua reunião em um conjunto de escolas sob uma autoridade comum, porém mais nominal e burocrática do que administrativa e acadêmica.

Do final dos anos 40 até meados dos anos 70, houve um crescimento e desenvolvimento das universidades públicas estaduais e federais nos grandes centros do país, juntamente com a criação e instalação de universidades públicas pelo menos em todas as capitais federais. O processo de expansão do ensino superior no país era constante e crescente, porém a partir de 1945 acelerou-se, sendo que após 1960 deu um salto. A partir dos anos 70, ocorreu um crescimento das universidades estaduais e privadas.

Atualmente, no Brasil, existem várias universidades plenas no sentido de que realizam investigação científica, produzem conhecimentos em diferentes áreas, oferecem educação superior de graduação e de pós-graduação e também promovem serviços de extensão cultural, tecnológica e profissional na região em que se encontram instaladas. Há outras universidades, em via de implementação, que desenvolvem conhecimentos em algumas áreas, mas carecem de autonomia em várias outras que dependem da especialização do quadro docente que possui. As demais existentes, não apenas deixam de produzir conhecimentos como não possuem capacidade para repor ou formar docentes especializados, tendo que importá-los de outras instituições. Estas, de acordo com Menezes (2000), não podem ser denominadas universidades, ainda que possam ser instituições de ensino superior.

Entre 1964 e 1985 a universidade foi o centro da vida democrática do país. Era a grande aliada do povo na luta pela democracia, mesmo quando recebiam todos os incentivos da ditadura militar para fundar o marco tecnológico da construção de uma sociedade apartada. Lutando por objetivos que coincidiam com os da população em geral, a universidade escondia o seu isolamento real em relação às massas (BUARQUE, 1994, p. 90).

No interior dos estados, a criação de universidades federais, na maioria das vezes atendia a reclamos de desenvolvimento regional. Neste período deu-se a consolidação de várias universidades confessionais, como as Pontifícias Universidades Católicas (PUCs) e instituições comunitárias sediadas nos municípios.

A partir dos caminhos percorridos pelas universidades desde 1920, podemos então aceitar o fato de que estas não se limitam a uma única missão, mas assumem várias em que todas se integram: difundir conhecimentos, conservar a experiência humana, preparar profissionais (GASSET, 1999). De um modo geral, as universidades têm como principal objetivo a formação de profissionais para as carreiras de base intelectual, científica e técnica. A universidade é suficientemente capaz de promover o que Teixeira (1998) denomina de “alargamento da mente humana”, ou seja, o que o contato com o saber e a sua busca produzem naqueles que freqüentam a universidade. Seria a iniciação do estudante na vida intelectual, o prolongamento de sua visão, o ampliar-se de sua imaginação, obtidos pela sua associação com a busca do saber. Em termos gerais, o autor define universidade como sendo:

[...] um centro de saber, destinado a aumentar o conhecimento humano, um noviciado de cultura capaz de alargar a mente e amadurecer a imaginação dos jovens para a aventura do conhecimento, uma escola de formação de profissionais e o instrumento mais amplo e mais profundo de elaboração e transmissão da cultura comum brasileira (TEIXEIRA, 1998, p. 169).

A universidade além de cultivar e transmitir o saber consegue, também, descobrir e aumentar o conhecimento humano, com o auxílio da pesquisa. Para que a universidade dedique-se à pesquisa, ela tem de formular o conhecimento que vai transmitir, o conhecimento que não existe antes da realização da pesquisa: “a universidade só será de pesquisa quando passar a formular a cultura que vai ensinar”. (TEIXEIRA, 1998, p. 95). Assim, a universidade torna-se um centro de elaboração do próprio saber, de busca desinteressada do conhecimento, de ciência e saber fundamental básico. Não basta apenas que a universidade seja transmissora de uma cultura comum, mas a expressão concreta da cultura da sociedade em que estiver inserida. Desta maneira surge a relação da universidade com a sociedade e a futura interdependência entre ambas.

A universidade contribui, também, para a adequação das estruturas do Estado às aspirações democráticas em curso na vida política, nacional e internacional, além de ser um elemento ativo de intervenção democrática na vida da sociedade. Porém, para realizar estas tarefas e suas próprias funções, permanecem na comunidade acadêmica desafios relacionados com a autonomia das universidades, necessário para o melhor desempenho da instituição junto a

sociedade. Por pertencerem ao Estado, as universidades são fortemente dependentes dos recursos mensalmente enviados pelo Governo. Além da dependência financeira, as universidades públicas são legisladas pelo Estado e mediante tais leis, o autogoverno e a constituição dos quadros dirigentes e docentes sofrem interferência.

Na medida em que as universidades se desenvolvem e transformam seus métodos de trabalho e programas de ensino, com o objetivo de ajustar-se aos novos conhecimentos e à crescente demanda social, maior se faz a necessidade de autonomia e de liberdade de ação. A autonomia faz-se, assim, a própria condição da vida universitária e a oportunidade para se fazer uma escola de prática de autogoverno que é a própria essência da democracia (TEIXEIRA, 1998). Assim, tendo a universidade missão de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o exemplo de sua organização, atuação e métodos de trabalho e ensino, autônomos e responsáveis, será a sua grande contribuição à reconstrução democrática da sociedade a que está relacionada.

De acordo com Albuquerque (1980, p. 25), [...] primeira missão da Universidade consiste em contribuir para a formulação de programas e projetos capazes de viabilizá-los em examinar, criticamente, as políticas e programações governamentais, em execução ou em elaboração, com vistas a propor os ajustamentos e aperfeiçoamentos julgados pertinentes e oportunos.

Desta maneira, a universidade torna-se a instituição capaz de buscar a conciliação entre os objetivos socialmente desejados e sua viabilidade e efetivação. Com esta abertura perante a sociedade, a universidade deixa de ser alheia ao meio inserido e passa a ser mais produtiva nas respostas de reclamos sociais. Essa maior exteriorização da universidade, segundo Albuquerque (1980), deve ocorrer visando a sua capacitação para responder às necessidades de treinamento e de reciclagem de recursos humanos, na idéia da “universidade aberta”, capaz de mobilizar-se na oferta de especialização, treinamentos intensivos dirigidos e demandas emergentes. A ampliação da produção do conhecimento científico e técnico necessário ao desenvolvimento regional, muitas vezes exigido como apoio a novas iniciativas que resultam de programas e projetos concretos, de intervenções rápidas e concentradas em áreas específicas, também faz parte da exteriorização da universidade, como a própria fomentação da integração do universitário no processo de desenvolvimento regional, a um tempo de complementação, pela experiência

concreta de imersão na problemática econômico-social da região e de relevante e útil ação sobre a comunidade.

### **2.1.2 Tipos de Instituições de Ensino Superior**

As instituições de educação superior brasileiras estão organizadas sob as categorias administrativas (ou formas de natureza jurídica) como Públicas e ou Privadas.

As Públicas são instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público. Podem ser:

1. Federais - mantidas e administradas pelo Governo Federal;
2. Estaduais - mantidas e administradas pelos governos dos estados;
3. Municipais - mantidas e administradas pelo poder público municipal.

Já as Instituições Privadas, são as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Podem se organizar como:

- a) Instituições privadas com fins lucrativos ou Particulares em sentido estrito - instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.
- b) Instituições privadas sem fins lucrativos, que podem ser classificadas como Comunitárias - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam, na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade; Confessionais - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas; Filantrópicas - são as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração.

Até a década de 90 e, particularmente, até a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em dezembro de 1996, as instituições de educação superior brasileiras eram autorizadas a funcionar em bases

permanentes. Uma vez credenciada, a instituição podia funcionar indefinidamente, desde que cumprisse a lei. O processo de credenciamento era burocrático e não previa nenhum tipo de avaliação institucional futuro.

Essa licença permanente, porém, não valia para tudo. Por exemplo: as atividades de pesquisa foram submetidas a avaliação das agências financiadoras e o ensino de pós-graduação, desde meados dos anos 70, passa por um sistema bianual de avaliação administrado pela Capes.

As instituições que não realizavam pesquisas e nem participavam do sistema de pós-graduação funcionavam sem passar por qualquer avaliação institucional. Elas estavam sujeitas apenas a processos burocráticos para autorização de novos cursos, alteração do número de vagas, etc. Esse era o caso da esmagadora maioria das instituições privadas não universitárias.

Essa situação começou a mudar quando as universidades, no início da década de 90, passaram a adotar um sistema de auto-avaliação institucional, desenvolvido pelo MEC, denominado PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), voluntário e definido pela própria instituição.

Em 1996, com a LDB foi introduzido o princípio de que o credenciamento das instituições passava a ser temporário e, desde então, todos os atos de credenciamento institucional passaram a fixar o prazo de validade da credencial. Entretanto, estamos falando de um sistema recente. Ele vem sendo usado para as instituições novas ou para aquelas que se transformaram em universidades ou centros universitários desde 1996. A partir de 2002, vêm sendo implementados os processos de avaliação institucional para efeito de credenciamento de centros universitários que, posteriormente, serão estendidos às universidades e às instituições não universitárias de educação superior.

### **2.1.3 IES: e a questão da Assistência e a Responsabilidade Social**

A recente publicação de Medida Provisória (MP) nº 147 de dezembro de 2003, elaborada pelo Ministério da Educação (MEC), propondo um novo sistema de avaliação para o ensino superior e para as Instituições de Ensino Superior (IES), no qual deverá assegurar a análise global e integrada das dimensões, estruturas,

relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais dos cursos e das instituições de ensino superior. Com o objetivo de ser colocado em prática já em 2004, essa nova geração de avaliação, denominada IDES – Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior, pretende implantar uma avaliação em toda a sua complexidade, integrando os processos de ensino e aprendizagem, a capacidade institucional e o envolvimento dos cursos com os problemas e necessidades da sociedade brasileira.

Para Priori, a “avaliação da responsabilidade social” das Instituições de Ensino Superior não pode estar desligada da realidade do mundo que a cerca, dos problemas do país e das questões sociais e econômicas da região ou cidade onde está localizada. Ela precisa formar profissionais qualificados para as necessidades do presente e do futuro, mas também precisa formar cidadãos eticamente responsáveis com a sociedade em que vive. Nesse sentido, a proposta do IDES coloca uma série de pontos que vão ao encontro destas reflexões, como por exemplo, a preocupação com os conteúdos oferecidos pelos cursos estarem voltados para a solução dos problemas nacionais; o envolvimento dos cursos com os setores industrial, agrícola e de serviços; e o nível de participação dos alunos e professores com projetos de extensão e de cultura, sobretudo em áreas de alta prioridade social.

## **2.2 Assistência social: conceitos, formulação e subsídios**

Com o objetivo de ajudar o governo a suprir as deficiências em assistência social, nota-se um crescimento mundial em atividades voluntárias organizadas e a criação de organizações privadas sem fins lucrativos ou não-governamentais, que recebem em contrapartida isenções no âmbito federal, estadual e municipal.

Devido a esse crescimento, mudanças, cada vez mais velozes, acontecem nas mais diferentes esferas: econômica, tecnológica, social, política e cultural.



### **2.2.1 Resgate histórico da Assistência Social**

A perfeita compreensão da controvérsia passa pela história da assistência social, a evolução legislativa no Brasil, e as implicações sociais e econômicas.

Paes (2000), argumenta que a Assistência Social encerra o conjunto de meios supletivos de amparo e reeducação das pessoas que estejam em dificuldades para prover sua subsistência, a fim de que as mesmas, premidas pelas necessidades, não se tornem indivíduos anti-sociais, prejudicando a coletividade sob um duplo aspecto: do conflito e da improdutividade.

O autor ainda continua dizendo que a história da Assistência Social se perde no tempo, nascendo com o próprio homem em razão do espírito de solidariedade inato que possui. Sua fonte está no amparo mútuo e na caridade. Ela depende dos princípios religiosos dominantes em cada época, mas os autores frisam que a razão da iniciativa pública ou privada neste campo decorre do pauperismo, muitas vezes agravado por calamidades e guerras. O cristianismo incrementou o desenvolvimento do espírito de fraternidade e misericórdia pregado por Jesus Cristo, levando seus seguidores e os padres da Igreja a se ocuparem da assistência aos pobres (SUMA TEOLÓGICA, p. 31-33).

Na Idade Média, esta missão era desempenhada pelas confrarias e irmandades. No Brasil, a princípio, esta ajuda era confiada aos religiosos e à caridade pública. Em 1930, ao se instaurar uma nova ordem, tornou-se fecunda a intervenção do estado na organização dos serviços sociais e na disciplina da Assistência Social. (Paráfrase do verbete Assistência Social, da Enciclopédia Saraiva de Direito)

A Assistência Social se propõe a socorrer a todos, indistintamente, desde que não tenham outra proteção. Ou como ensina Paes apud Cesarino Júnior:

Para Giuseppe Chiarelli, "se entende por assistência social a segurança social que atua mediante serviços públicos. A assistência social consiste, de fato, em uma atividade pública dirigida à satisfação de determinadas necessidades da pessoa, mediante a organização de um ou mais serviços públicos. Viu-se, antes, que a forma típica de assistência social é aquela destinada a assegurar os meios de vida aos indigentes. Mas é óbvio que se pode dar forma assistencial também à tutela de outras categorias de pessoas e à satisfação de necessidades de natureza diversa,

consideradas socialmente relevantes. É próprio que se pode dar forma assistencial também diversa, consideradas socialmente relevantes. É próprio do sistema assistencial o caráter distributivo. Os assistidos são os destinatários de uma ação administrativa, para cuja predisposição não concorreram; em particular, não concorreram de modo específico ao fornecimento dos meios necessários à sua formação. Eles são titulares de um direito, ou de um interesse legítimo, a determinadas prestações, que a entidade pública (Estado ou entidade menor), concorrendo as condições previstas pela lei, deve conceder. O financiamento da assistência é, portanto, em regra, carga da coletividade; é, de fato a coletividade que, com a assistência social, assume o ônus da satisfação das necessidades individuais, repartido-o entre os seus componentes com critérios fiscais".

Podemos definir o direito Assistencial como a parte do Direito Social relativa à concessão aos hipossuficientes dos meios de satisfação de suas necessidades vitais, sem qualquer contraprestação de sua parte.

A denominação Direito Assistencial se justifica plenamente se tivermos em vista, em primeiro lugar, que a assistência se opõe à previdência. Nesta há participação do beneficiado, concorre ele para que lhe seja prestado o auxílio ou socorre, como ocorre, v.g., nos seguros sociais, em que o empregado beneficiado pelo seguro paga determinado prêmio, muito embora seja ele insuficiente, por si só, para lhe proporcionar o benefício. Na assistência, o beneficiado apenas recebe o serviço, sem nenhuma intervenção sua para a acumulação dos recursos, com parte dos quais é ele favorecido, como por exemplo, no amparo aos velhos (não aposentados), aos mendigos, à infância desvalida, etc. (*In Direito Social Brasileiro*, 1970, p. 34; 93)

A palavra Assistência Social na Constituição de 1967 era utilizada como obrigação assumida pelo Estado em prol da gestante, da infância, da adolescência e da educação dos excepcionais (art. 175, § 4º). De um texto constitucional para outro varia a preocupação do constituinte. Na Carta de 1946 falava-se em prole numerosa (art. 164) e desemprego (art. 157, X), depois no texto da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, incluíram-se os excepcionais.

### **2.2.2 Aspectos Legais da Assistência Social**

Segundo a Lei 8742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, Assistência Social é a Política da Seguridade Social não contributiva, que provê mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas. A Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado.

O Artigo 2º da Lei 8.742 define os seguintes objetivos para a assistência social:

- I. a **proteção** à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II. o **amparo** às crianças e adolescentes carentes;
- III. a **promoção** da integração ao mercado de trabalho;
- IV. a **habilitação e reabilitação** das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V. a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

O bem comum é "o conjunto de todas as condições de vida social que permitem e favorecem o desenvolvimento integral da pessoa humana, livre e digna por sua origem (Papa João XXIII). (artigo)

A Constituição Federal de 1988 representa um marco na organização do Estado brasileiro e na garantia dos direitos da sociedade. O pacto federativo; a democratização da gestão e garantia de participação da sociedade no interior do aparelho de Estado; a formalização dos direitos sociais básicos e o correspondente dever do Estado e da sociedade com os mesmos; o conceito de Seguridade Social e sua forma de organização; o princípio da equidade e o privilegiamento de segmentos sociais mais vulneráveis; dentre outros, são mais que formalidades inscritas numa constituição são: ideais históricos de civilidade, pactuados entre o Estado e a sociedade.

A Assistência Social, definida no texto constitucional como política pública componente da Seguridade Social, foi posteriormente regulamentada pela Lei

Orgânica de Assistência Social – LOAS, que estabelece seus princípios doutrinários e organizativos, dentre eles o de descentralização, de democratização, de equidade, de complementaridade entre o poder público e a sociedade, e ainda, que a Assistência Social deve realizar-se de forma integrada às demais políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, conforme o parágrafo único do seu Artigo 2.

A partir da nova Constituição da República e da aprovação da LOAS, várias iniciativas buscaram tornar realidade concreta os princípios inscritos na Lei. Mudanças constitucionais, novos instrumentos legais, mobilizações da sociedade, experiências inovadoras, dentre outros, têm contribuído para criar as condições para a construção do Sistema Descentralizado e Participativo de Assistência Social. No entanto, para a plena operacionalização do sistema inscrito na LOAS, são ainda necessárias mudanças consideráveis na forma como as ações e serviços são prestados aos seus destinatários, no desenho institucional e no modelo de gestão setorial, na articulação entre os níveis de governo e com outras políticas públicas e, ainda, na relação entre o Estado e a sociedade. (SALAMON, 1998, p. 5)

A Assistência Social é regida pela LOAS e apresenta os seguintes princípios, diretrizes, destinatários, funções apresentados em prosseguimento.

**a) Princípios da Assistência Social:**

A Assistência Social é regida-se, segundo a LOAS – Artigo 4, pelos seguintes princípios:

- 1) Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- 2) universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário a Assistência Social alcançável pelas demais políticas públicas;
- 3) respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- 4) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- 5) divulgação ampla de benefícios, serviços, programas e projetos, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para a sua concessão.

**b) Diretrizes da Assistência Social**

A organização da Assistência Social tem como base as seguintes diretrizes:

- 1) Descentralização político administrativa para o âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios, com comando único em cada esfera do governo (art. 5, inciso I da LOAS) e gestão intergovernamental;
- 2) Participação da sociedade, por meio de organizações representativas, na formulação da política e do controle das ações em todos os níveis de governo;
- c) Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social;
- 3) Articulação com outras políticas sociais e macroeconômicas;
- 4) Centralidade na família para a concepção e implantação dos serviços, programas e projetos;
- 5) Mudança na cultura política de pensar, gerir, executar, financiar e avaliar as ações de Assistência Social;
- 6) Promoção de equidade e enfrentamento das disparidades regionais e locais no acesso aos recursos financeiros;
- 7) Ênfase na redistribuição de rendas e promoção do acesso dos destinatários a bens e serviços essenciais;
- 8) Ênfase na avaliação dos impactos e dos resultados da Política de Assistência Social.

A redistribuição do poder, a redefinição de papéis e a responsabilização das três esferas de governo, a reorganização institucional e a reformulação de práticas. A descentralização, considerando os seus objetivos finalísticos, visa o fortalecimento da democratização e da equidade no interior do Sistema, potencializando o exercício da cidadania participativa no planejamento, acesso e controle das ações previstas na LOAS.

A Constituição Federal de 1988, ao mesmo tempo em que aprofunda o desenho descentralizado da Federação Brasileira, ao considerar o município como ente federado, responsabilizam a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios por um grande número de políticas públicas, dentre elas a de Assistência Social (BRASIL, 1998).

### c) Os Destinatários

A Política Nacional de Assistência Social considera como destinatários os segmentos populacionais involuntariamente excluídos das políticas sociais básicas; das oportunidades de acesso ao trabalho e a bens e serviços produzidos pela sociedade e; das formas de sociabilidade familiar, comunitária e societária. Serão considerados os segmentos populacionais com renda familiar per capita de até meio (1/2) salário mínimo, priorizando indivíduos e segmentos populacionais em:

a) condições de vulnerabilidade próprias do ciclo de vida (crianças de zero a três anos e idosos acima de sessenta anos);

b) condições de desvantagem pessoal (impedimento sofrido por um dado indivíduo, resultante de uma deficiência ou de uma incapacidade, que lhe limita ou lhe impede o desempenho de uma atividade considerada normal para esse indivíduo);

c) situações circunstanciais e conjunturais (abuso e exploração comercial e sexual infanto-juvenil, trabalho infantil, moradores de rua, migrantes, dependentes do uso e comércio de drogas, crianças e adolescentes vítimas de abandono e desagregação familiar; crianças, idosos e mulheres vítimas de maus-tratos).

### d) As Funções

Os desafios decorrentes pelas exclusões e vulnerabilidades, impõem à Assistência Social o desenvolvimento de ações próprias e a articulação com as demais políticas públicas, na construção de projetos integrados de atenção aos segmentos da população excluídos dos bens e serviços existentes na sociedade. Nesse sentido, cabe à Assistência Social o desempenho de quatro funções distintas e complementares:

a) **Inserção:** significam o esforço de inclusão dos destinatários da assistência social nas políticas sociais básicas e o acesso a bens, serviços e direitos usufruídos pelos demais segmentos da população;

b) **Prevenção:** visa manter incluídos no sistema social aqueles segmentos que permanecem vulneráveis, a despeito de estarem acima da linha de pobreza e atendidos pelas políticas sócio-econômicas setoriais. O objetivo é criar apoios nas situações circunstanciais de vulnerabilidade, evitando ou prevenindo que o cidadão caia do patamar de renda alcançado ou perca o acesso que possui aos bens e serviços;

- c) **Promoção:** promoção da cidadania, eliminando relações clientelistas que não se pautam por direitos e que subalternizam, fragmentam e desorganizam os destinatários da Assistência Social;
- d) **Proteção:** feita por meios de ações de redistribuição de renda e através oferta de serviços sociais mais abrangentes, dentre os quais encontram-se:
- **Benefícios:** garantidos de maneira continuada ao idoso e à pessoa portadora de deficiência, e eventualmente para pagamento de auxílio natalidade ou morte à famílias com renda mensal inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.
  - **Serviços Assistenciais:** são atividades continuadas que objetivam a melhoria de vida da população, sendo priorizada a atenção à infância e à adolescência em situação de risco pessoal e social;
  - **Programas:** compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos, para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.
  - **Projetos de enfrentamento** à pobreza: compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populacionais em situação de pobreza, a fim de subsidiar as iniciativas que lhe garantam meios para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação da qualidade de vida, preservação do meio ambiente e sua organização social.

### 2.3 Responsabilidade Social: conceitos, subsídios e formulação

A capacidade do governo para o pleno desempenho de suas funções sociais é, em geral, limitada por inúmeros fatores políticos e econômicos. Em contrapartida, o mundo contemporâneo, incluindo atentados terroristas, guerras, fome e desigualdades e injustiças sociais, aponta para a necessidade urgente de mudanças societárias voltadas à cidadania construtiva e participativa para que cada ser humano possa exercer efetivamente seu papel na sociedade.

Na realidade, consensualmente, é necessária e urgente a resolução de diversos problemas sociais e ambientais, considerados ameaçadores à paz e à vida no planeta. Embora já se observam mudanças neste sentido, muito ainda há de ser feito. Porém, mudanças começam a ocorrer. Diversos setores da sociedade já estão

posicionados em relação aos problemas sociais existentes e principalmente estão apresentando atitudes e práticas inovadoras, capazes de promover o desenvolvendo social em seu sentido mais amplo. As Instituições de Ensino Superior desempenham um papel importante neste contexto.

As Instituições de Ensino Superior estão empenhadas na redefinição de seu papel na sociedade: seus recursos financeiros, tecnológicos, econômicos e físicos, passam a direcioná-la rumo às necessidades do ser humano em seu ambiente. De fato, a redefinição das IES consubstancia-se em ações estratégicas que refletem sua responsabilidade social, pois ela não pode estar desligada da realidade do mundo que a cerca, nem tampouco dos problemas e questões sociais e econômicas da região ou cidade onde está localizada. Sua finalidade é qualificar profissionais para as necessidades presentes e futuras da sociedade, porém, acima de tudo, formar cidadãos, eticamente responsáveis pela sociedade em que vivem. Diante deste contexto, defende-se a ampliação das funções tradicionais da IES, isto é, acrescentam-se as vias – Ensino, Pesquisa e Extensão, mais uma função: Responsabilidade Social.

### **2.3.1 Aspectos conceituais básicos de Responsabilidade Social**

Responsabilidade Social é um tema recente. De acordo com Oliveira (2000), a primeira preocupação em torno desta temática teve início na década de 50, nos Estados Unidos, chegando aos meios empresariais e acadêmicos da Europa no final da década de 60, onde o tema começou a se tornar popular. Na década de 70, o assunto ganha maior amplitude nos anos 80, na medida em que passa a ser associado aos meios empresariais e acadêmicos como a ética empresarial e à qualidade de vida no trabalho.

Toldo (2000) mostra, ainda que a preocupação com a temática da Responsabilidade Social evidencia-se na Eco 92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, quando foi discutido de forma bastante incisiva, a importância do meio ambiente e de sua preservação para o bem estar futuro do planeta. Em 1993, foi lançado pelo Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Esta campanha, por sua abrangência e dimensão, foi considerada por muitos autores



como um verdadeiro marco da aproximação dos empresários com ações sociais mais efetivas.

Responsabilidade, segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, é um termo que designa uma obrigação de responder pelas ações próprias ou de outros. Assim, qualquer definição de Responsabilidade Social direciona o seu entendimento à idéia de obrigatoriedade. Ou seja, Responsabilidade Social é, antes de tudo, um dever. Em termos mais específicos, a expressão “responsabilidade social” assume conotações particulares, conforme seu campo de aplicação, e assim sugere diversas interpretações. Da mesma forma o Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas explora o termo “responsabilidade” em seus vários sentidos. Ou seja, em seu significado essencial, o termo designa o ato de responder pelo desempenho de cargo, incumbência ou dever, implicando na obrigatoriedade de prestação de contas. Com relação a aplicação do termo ao âmbito da Administração Pública, “responsabilidade” subentende a capacidade das autoridades públicas de praticarem certos atos discricionários, independente de qualquer orientação e com liberdade para agir sem demasiada restrições, embora controladas pelo consentimento, aceitação e resistência de outras autoridades públicas que participam do sistema de controle político. Quanto ao seu sentido político, responsabilidade aplica-se a diversas situações e, embora pressuponha algum fundamento legal, seu ponto de referência é, geralmente, um padrão de conduta, de obrigação ou controle do exercício de função pública e, além disso, esses padrões podem ser espirituais ou éticos, sociopsicológicos ou institucionais e podem ser sobrepostos, ou seja, não se excluem mutuamente. Assim sendo, ainda de acordo com o Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, a “responsabilidade”, concebida em sentido amplo como dever, obrigação ou contraprestação, manifesta-se nos mais diversos campos da atividade humana, que lhe imprimem determinadas características, permitindo a identificação, dentro de um quadro geral, de espécies de responsabilidade, como a jurídica, social, civil ou outras.

Assim com o termo isolado detém diferentes designações e aplicações, a expressão “responsabilidade social” merece algumas considerações conceituais. Neste sentido, Ashe (2003), lembra que alguns autores atribuem à “responsabilidade social” a idéia de obrigação legal, enquanto outros a consideram

um dever fiduciário, e outros, ainda, que a vêem como uma atitude ética ou uma contribuição caridosa.

Contudo, no contexto da sociedade contemporânea, observa-se, cada vez mais, uma crescente conscientização geral, no sentido de responsabilizar as organizações, públicas ou privadas, a assumirem efetivamente um papel mais amplo em relação à sua “responsabilidade social”, não apenas diante de seus clientes, mas à frente de todo seu público de interesse, incluindo a sociedade como um todo. De fato, esta tendência tem levado muitas organizações a construir e consolidarem uma “cidadania organizacional”, apontando direitos e deveres da organização em relação à sociedade onde está inserida.

O conceito de responsabilidade social é relativamente novo no mundo dos negócios, mas já tem seus mestres. Ashley (2003), refere-se a responsabilidade social como toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Nestes termos, poder-se-ia definir “responsabilidade social” como o compromisso ético e legal de uma organização para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetem positivamente, de modo amplo ou particular, os objetivos e interesses sociais.

Para Benedicto (1997, p. 76-77), toda organização tem responsabilidade social e, é seu dever “pensar no bem-estar da sociedade, e não apenas no lucro”. Para ele, a responsabilidade social é percebida como o dever da organização em auxiliar a sociedade no alcance de seus objetivos. É uma das maneiras de mostrar que “não visa apenas explorar recursos econômicos e humanos”, mas também contribuir com o desenvolvimento social”.

Em sua análise das empresas brasileiras, Grajew (2001) defende que a conscientização do empresariado para a responsabilidade social tem sido progressiva e consistente, mas que o desafio é a definição e implementação dos princípios que definem uma empresa socialmente responsável. Para ele, as empresas brasileiras estão duplamente preparadas para enfrentar estas questões. De um lado, são capazes para contribuir com desenvolvimento econômico do País e, de outro, sentem-se eticamente comprometidas com a necessidade de transformação do quadro de extrema desigualdade social que hoje caracteriza a sociedade brasileira.

Dessa forma, pode-se caracterizar a responsabilidade social de uma organização como seu compromisso com o bem-estar e a busca contínua da

melhoria da qualidade de vida de seus públicos interno e externo, ou seja, seus empregados e suas famílias, bem com a comunidade em geral.

No que diz respeito às dimensões e resultados efetivos da responsabilidade social, muitas discussões e questionamentos tem sido explorados por estudiosos do assunto e empresários em geral. Muitos têm procurado seu significado considerando sua eficácia, em relação aos resultados de sua aplicação. De acordo com Oliveira (2002) a responsabilidade social da empresa funde-se em uma nova visão da realidade econômica. É uma nova filosofia, um novo modo de conceber as relações entre os fatores de produção (trabalho e capital), dos quais surge a concepção de “empresa cidadã”, preocupada em não somente otimizar os lucros, mas em melhorar as condições de vida na sociedade, em todos os seus aspectos. Para Lima (2002, p.107), a organização incorpora em seus valores e em suas atividades uma ética empresarial como diretriz e pré-requisito fundamental “um conjunto de princípios, ações e atitudes voltados para a valorização da qualidade humana, para o respeito ao consumidor e meio ambiente, abarcando também o respeito para com todos os agentes que se relacionam com a empresa: funcionários, fornecedores, governo, clientes, comunidade, sócios ou acionistas”.

De fato, observa-se que a questão da responsabilidade social numa organização une-se à visão e possibilidade de seu sucesso, dando-lhe oportunidade de influenciar positivamente na melhoria da vida humana individual e associada, no contexto em que a organização atua. Segundo Grajew (2003) a responsabilidade social numa organização sustenta-se na importância, ou seja, no poder ações socialmente responsáveis, pois estas são meios concretos de influência transformadora da sociedade como um todo.

Assim, a organização exerce uma força muito expressiva e de grande relevância no processo de mudanças sociais, criando e exerce forte ascendência na formação de idéias, de valores, nos impactos concretos na vida das pessoas, das comunidades, da sociedade em geral.

### **2.3.2 O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social**

Além dos fatos e acontecimentos acima apresentados, outro de igual relevância merece ser apontado. Trata-se da criação, em 1998 do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, fundado pelo empresário Oded Grajew. O Ethos, de acordo com seus estatutos, foi constituído para servir de elo de ligação entre empresas e necessidades sociais. O Instituto Ethos, em apenas um ano após sua fundação, incentivou e promoveu a publicação de Balanços Sociais de 68 empresas brasileira, interessadas em tornar público suas estratégias socialmente responsáveis. Para o Instituto Ethos, “a responsabilidade social vai além da postura legal da empresa, da prática filantrópica ou do apoio à comunidade. Significa mudança de atitude numa perspectiva de gestão empresarial com foco na qualidade das relações e na geração de valor para todos” ([www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)).

O **Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social** é uma entidade sem fins lucrativos, que associa empresas, de qualquer tamanho e/ou setor, interessadas em desenvolver suas atividades de forma socialmente responsável em um permanente processo de avaliação e aperfeiçoamento.

A **missão do Instituto Ethos** é “Mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa”. No cumprimento de sua missão, o Instituto Ethos oferece aos associados uma série de atividades que visam ajudar as empresas a compreender e incorporar de forma progressiva o conceito do comportamento empresarial socialmente responsável; implementar políticas e práticas que atendam a elevados critérios éticos, contribuindo para alcançar sucesso econômico sustentável a longo prazo; assumir suas responsabilidades com todos aqueles que são impactados por suas atividades; demonstrar aos seus acionistas a relevância de um comportamento socialmente responsável para retorno a longo prazo sobre seus investimentos; identificar formas inovadoras e eficazes de atuar em parceria com as comunidades na construção do bem-estar comum; prosperar, contribuindo para um desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável.

### **2.3.3 Responsabilidade Social Empresarial: aspectos conceituais e gerais**

A estudo da Responsabilidade Social Empresarial aponta para um conceito mais dinâmico e consistente. Comporta a idéia do processo de transformação social e é embasado numa visão que parece ultrapassar o tecnicismo “administrativista” que busca acima de tudo resultados para a empresa. Na realidade, a questão apresenta diversas facetas.

Para Yung; Morales (2002) as empresas enfrentam desafios relativos a novas tecnologias, competitividade, produtividade, redução de custos, saturação de mercados tradicionais e necessidade de abertura de novos mercados, dentre outros. Além desses, apresenta-se também o desafio social, que originado de diferentes demandas da sociedade. Assim a responsabilidade social empresarial é entendida como o relacionamento ético da empresa como todos os grupos de interesse que influenciam ou são impactados por sua atuação assim como o respeito ao meio ambiente e investimento em ações sociais. É a expansão e evolução do conceito de empresa para além de seu ambiente interno. Na medida em que a empresa está inserida na sociedade, observa-se uma relação de interdependência entre ambas.

Por esta razão pode-se afirmar que a adoção da responsabilidade social por uma empresa pode trazer benefícios tanto para a sociedade como para ela mesma. Assim conforme defende (YUNG; MORALES, 2002, p. 39),

embora alguns estudiosos condenem a utilização da responsabilidade social como ferramenta de promoção e publicidade ou como um meio de conseguir alguns benefícios, uma empresa deve aliar seus objetivos tradicionais como crescimento e lucro à responsabilidade social, já que os primeiros garantem a sobrevivência e perpetuação de suas atividades.

Para estes autores, o uso da “responsabilidade social” como forma de obter benefícios é ao mesmo tempo uma oportunidade de promover o bem-estar da sociedade e de agregar valor para a empresa, não podendo ser relegado em segundo plano, sob o risco de ocasionar problemas financeiros e comprometer sua existência e sua atuação positiva na sociedade.

Assim sendo, poder-se-ia, com segurança, afirmar que a prática correta e efetiva da “responsabilidade social” contribui substantivamente para a melhoria do desempenho geral da empresa, que à curto, médio ou longo prazo. Resultados

efetivos em relação à imagem externa corporativa e à motivação interna de seus colaboradores refletem em vantagens competitivas por sua influência na cadeia produtiva da organização e, portanto em seus resultados estratégicos. Em caso contrário, isto é, aquelas empresas que transmitem uma falsa idéia de preocupação com qualidade de vida da sociedade e satisfação do consumidor, apenas objetivando os benefícios já descritos, em curto prazo serão expostas à realidade de suas práticas não comprometidas e afastadas de responsabilidade social.

Neste contexto, pode-se argumentar que a concepção de responsabilidade social somente ganhou espaço no final da década de 80, consolidando-se nos últimos anos, 1990 a 2003. Por outro lado, uma rápida análise na literatura a respeito mostra que, dentre os fatores influenciadores da evolução proativa da Responsabilidade Social, destacam-se, de um lado o aumento das condições de pobreza e da degradação ambiental e, de outro o crescente fortalecimento dos movimentos sociais. Além disso, as profundas transformações do mundo contemporâneo, provocando incerteza e instabilidade ameaçadoras à sobrevivência, bem como a insuficiência do Estado, como assistencialista e provedor de recurso e bem estar social, são fatores decisivos, exigem das organizações maior participação e responsabilidade na condução da vida humana associada.

Assim, a atuação das organizações voltadas para a responsabilidade social vem ganhando grande importância, à medida que dão sua contribuição para o equacionamento das questões sociais, ao mesmo tempo em que ganham reputação e respeito por parte dos consumidores. Desta forma a expressão Responsabilidade Social toma uma dimensão maior neste contexto social.

A Responsabilidade Social vem, na verdade, tornando-se num diferencial competitivo eficaz para as empresas enfrentarem no mercado seus concorrentes. Estudos recentes revelam que além de agregar valor à imagem da organização, as empresas consideradas “responsáveis” tendem a melhorar as relações com seus stakeholders, fidelizam seus clientes, conquistam novos mercados, dentre outros benefícios.

São inúmeros exemplos de empresas brasileira, hoje, investindo em práticas socialmente responsáveis. Apenas para mencionar algumas delas, destacam-se a Petrobrás, o Banco do Brasil, a Amanco, a Natura, dentre outras. Em todos os casos, a questão que se impõem é: o que levou estas empresas a evoluírem de práticas de ações sociais ou assistencialistas para uma abordagem consistente na

resposta à sociedade em que se insere, não como uma contribuição caridosa, mas sim como um dever fiduciário.

Nestes termos, a Responsabilidade Social na empresa torna-se um conceito estratégico, buscando, passo a passo, tornar a “responsabilidade” parte do seu negócio, sem perder, no entanto o foco comercial. Embora, não exista ainda um consenso sobre o significado preciso de uma empresa socialmente responsável, alguns esforços neste sentido tem oferecido resultados positivos.

## **2.4 A Assistência e a Responsabilidade Social nas Instituições de Ensino Superior**

A Universidade ao longo de sua história vem contribuindo de forma marcante no processo de construção do futuro da humanidade. Neste sentido, tem provocado muitas reflexões, especialmente no meio acadêmico, com vistas a uma redefinição de seu papel frente ao cenário atual, especialmente porque a Universidade, acima de tudo, é uma instituição social, cujo papel é altamente relevante: oferecer Educação Superior e formar a elite intelectual e científica da sociedade a que serve.

### **2.4.1 A universidade como instituição social**

Uma Instituição Social caracteriza-se pela estabilidade e durabilidade de sua missão. Além disso, uma instituição social é estruturalmente assentada em normas e valores emanados do grupo ou sociedade onde ela se insere. Uma Instituição Social é, fundamentalmente, um ideal, uma noção, uma doutrina. Assim, a Universidade é uma Instituição Social, estável e duradoura, concebida a partir de normas e valores da sociedade e, sobretudo a Universidade é um ideal. (COLOSSI, 1989).

Da mesma forma, Gasset (1999, p. 23) defende que a universidade exerce um papel além da sua missão: “preparar o estudante para viver à altura do seu tempo”. Porém, diz ainda este autor, “para isto não basta a simples formação de

profissionais, nem a dedicação exclusiva à pesquisa, em outras palavras, a universidade não se limita a sua declarada missão, mas assume várias outras, inclusive a de formar cidadãos com consciência ética e preocupação social.

No Brasil a Universidade é parte integrante de sua história, desde a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, fugindo das forças napoleônicas, quando foram criadas as primeiras escolas superiores brasileiras: Escola de Medicina do Rio de Janeiro, Escola de Medicina da Bahia, Escola de Engenharia e Arte Militar do Rio de Janeiro. A partir de então, a instituição cresce e consolida sua respeitada posição no contexto da sociedade brasileira. Colossi (1989) sintetizando a trajetória da Universidade destaca algumas datas. Em 1827 foram criados os Cursos de Ciências Jurídicas em São Paulo e em Olinda; em 1889, a República nasce com 14 Escolas Superiores; Em 1909 a força do Ciclo da Borracha promove a criação da Universidade de Manaus; em 1912 foi criada a Universidade do Paraná, com o ciclo do café; em 1937 foi criada a Universidade de São Paulo e em, 1961 a Universidade de Brasília.

O ensino superior no Brasil atualmente viabiliza-se em cerca de 1400 instituições de ensino, das quais, 1400 são instituições privadas e 200 são públicas, atendendo 3 000 000 (três milhões) de estudantes, aproximadamente. Observa-se, ainda, que em torno de 70 por cento do total de estudantes matriculados, quase 70 por cento atendem instituições privadas. Em Santa Catarina, particularmente, o ensino superior matricula um pouco menos de 100 000 estudantes.

Este rápido panorama evidencia a importância da instituição universitária neste país, destacando, assim sua legitimidade e corroborando a sua posição como uma das mais respeitadas instituições sociais no Brasil, pois o acesso e a busca de oportunidade educacional superior é um alto valor na sociedade brasileira, onde a Educação Superior é, acima de tudo, um sonho a ser realizado.

O significado e a importância da instituição universitária para a sociedade em geral, sugere a seguinte questão: além de suas funções básica para a realização de sua missão, que outras ações e atividades ela exerce, no sentido de consolidar sua responsabilidade social junto a sociedade como um todo. A resposta a esta questão, certamente, merece ser objeto de investigação detalhada, pois as instituições universitárias, particularmente, caracterizam-se neste perfil.

No entanto, conforme observa Colossi (2003), ao lado de sua respeitabilidade, a instituição universitária tem recebido críticas por parte da



sociedade onde está inserida e a quem serve. Acusam-na de ser uma instituição dissociada da realidade social e, que apenas repassa conhecimentos, tendo se transformado num órgão corporativo e burocratizado. De fato, estas críticas devem ser consideradas e analisadas continuamente, pois elas refletem um ambiente de crises que demandam readequações a novas exigências societárias. A receptividade à mudança e à inovação, a busca de novos paradigmas institucionais, incluindo-se a forte disposição de redirecionar a própria missão, é uma das principais preocupações da universidade. Saber conduzi-la neste mar de turbulências que caracteriza a instituição universitária e a própria sociedade, é o grande desafio. Inclui-se neste contexto, a predisposição da universidade em constituir sua quarta via ou dimensão. Ou seja, além de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Universidade precisa atender mais uma função: Responsabilidade Social.

#### **2.4.2 Experiências em Responsabilidade Social nas Instituições de Ensino Superior**

As universidades são constituídas por três vias: ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de um conjunto harmônico e indissociável, haja vista que é impossível trabalhar numa dessas áreas sem estabelecer ligações com as outras. Estas vias permitem a formação não apenas de melhores profissionais, mas também de indivíduos capazes de exercer a cidadania plena. Contudo, percebe-se neste contexto que ministrar aulas na graduação é uma obrigação (Ensino); fazer pesquisa tornou-se algo indispensável na formação dos acadêmicos e a extensão universitária estaria diretamente ligada a prestação de serviços a comunidade, na qual não deixa de contribuir na formação profissional. Porém, com o passar do tempo e as crescentes distorções sociais as universidades precisam reavaliar seus compromissos não só para o mundo acadêmico, mas também com a sociedade como um todo. Nestas circunstâncias, foram a cada dia ampliando seus projetos sociais e se comprometendo com o desenvolvimento econômico, simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de seus familiares, da comunidade local e da sociedade em geral. Essa concepção assume a responsabilidade social como expressão de uma postura ética comprometida com o resgate da cidadania,

assumindo uma posição de co-responsabilidade, na busca do bem-estar público em articulações com as políticas sociais.

Algumas universidades têm procurado aliar às funções de ensino, pesquisa e extensão o papel de comprometimento para com os problemas da sociedade, voltando-se para o atendimento das demandas sociais mais urgentes. Exemplos concretos nesse sentido podem ser citados como o projeto FLORAM da Universidade de São Paulo – USP, que é voltado especificamente para a preservação florestal, obtendo reconhecimento internacional, tornando dessa forma, mais visível a importância de iniciativas nesta linha (MARCOVITCH, 1998, p. 69).

Instituições públicas federais, como a Universidade Federal de Pernambuco têm implementado ações como - o programa Universidade para Todos, projeto que defende o desenvolvimento de uma consciência nacional, atraindo tanto os jovens, os marginalizados sociais, quanto os bem-sucedidos filhos da elite intelectual.

O projeto Universidade para Todos teve seu início, inspirado na idéia de criação de uma espécie de serviço civil que envolvesse todos os alunos e garantisse a eles créditos para seus cursos de graduação. Essa ação pioneira acabou por receber o referendo do Congresso Nacional, mediante a criação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária no Plano Nacional de Educação. Este programa de estímulo à cidadania por intermédio da integração entre ensino, pesquisa e extensão deverá ser estendido a todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) até o ano de 2004, tendo como meta "fazer com que todos os alunos de graduação participem de projetos e atividades de extensão, como parte integrante do seu currículo". ([www.portaldovoluntario.org.br](http://www.portaldovoluntario.org.br), acesso em 23/01/2004).

Instituições como a UNESCO, tem procurado delinear papéis fundamentais a serem exercidos pelas universidades, especialmente quando considerado o processo de globalização, por requerer uma conscientização plena dos problemas culturais, ambientais e sociais. Afirma que o papel das universidades deve ser "ainda maior no fomento dos valores éticos e morais na sociedade", promovendo, "entre os futuros profissionais, um espírito cívico de participação ativa" (UNESCO, p. 28). Acrescenta ainda, que num sentido macro, a universidade deve buscar "soluções para os distintos problemas científicos, educativos e culturais relacionados com a sociedade em geral" (UNESCO, 1995, p. 39).

Manifestações nessa direção têm sido expressas por estudiosos da área e indivíduos preocupados com questões que dizem respeito à definição de

responsabilidades e à adoção de atitudes proativas perante as questões que afligem as comunidades locais, regionais, nacionais e até mesmo internacionais. Portanto, Dias Sobrinho (1999) alerta ser fundamental que a universidade tenha qualidade, não segundo os critérios eficientistas e utilitaristas que constituem o valor central do mercado, coração do capitalismo neo-liberal, mas sim, qualidade carregada de sentido e valores fortemente sociais.

Ristoff *apud* Mello, acrescenta ainda que o compromisso de uma universidade de verdade deve estar além da formação acadêmica e profissional de seus recursos humanos, devendo contribuir na formação do homem em todas as suas dimensões.

Outra Fundação Universitária que tem ultrapassado as fronteiras de suas obrigações institucionais é a Fundação Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, em Santa Catarina, que está em fase de publicação do seu primeiro relatório social, contemplando 35 % dos seus mais de 320 projetos voltados para a área social. Dentre os apresentados no referido relatório destaca-se o projeto de incentivo a maricultura, desenvolvido no Laboratório de Cultivo de Moluscos Marinhos, com o objetivo de desenvolver, aperfeiçoar e transferir tecnologias, que permitem o cultivo e exploração de forma planejada e racional de mariscos, ostras, vieiras e camarões, sem agredir o meio ambiente. A UNIVALI através desse projeto pretende colaborar com a geração de emprego e renda, principalmente nas comunidades litorâneas.

Na mesma região pode-se também mencionar a Fundação Educacional de Brusque – UNIFEBE, que interagem diretamente com a comunidade local levando através dos seus diversos programas sociais educação ambiental, cursos gratuitos de capoeira, atendimento gratuito a comunidade, etc.

Dessa forma, as universidades estão cumprindo parte da sua responsabilidade ao devolver à sociedade que a sustenta e mantém, alguns dos benefícios acumulados pelo conhecimento gerados nos seus Campi espalhados por todo o Estado.

Pode-se dizer que projetos como os citados acima, obtêm respaldo nas palavras de Gasset (1999), quando sustenta que “uma das mais importantes missões da universidade é estender por equidade a setores amplos da sociedade, os conhecimentos gerados e acumulados na instituição”. Dias Sobrinho (1999 p. 106) complementa afirmando que “a universidade não produz para si mesma, a sua função é social”.

Outros autores reforçam a idéia do compromisso dessas instituições não só com a produção de conhecimentos e artefatos úteis, mas principalmente com o valor da ciência e da formação de todos que integram uma sociedade, sendo imprescindíveis, o respeito e o auxílio para a consolidação de valores permanentes da humanidade, como a democracia e a justiça (DIAS SOBRINHO, 1999).

A realidade contemporânea vem apresentando novos desafios econômicos, sociais e políticos, que precisam ser, urgentemente, enfrentados pela Universidade. A nova imposição mundial da globalização e do neoliberalismo (ou simplesmente liberalismo como preferem alguns) não oferece oportunidade para os não integrantes do mercado e, também, para os não integrantes das Universidades; jovens e idosos, amarelos, negros ou brancos, altos ou baixos, se não possuírem condições de adesão aos interesses dos grandes grupos econômicos dominantes, não serão computados, não aparecerão nas estatísticas, não serão incorporados nos elencos das novelas, para todos os efeitos teóricos, eles não existirão, a não ser como objeto de exploração (GASSET, 1999).

A Universidade, como centro de reflexão crítica apurada que é, não pode aderir irresistivelmente aos interesses globalizados do neoliberalismo; não pode deixar de dar o retorno, de forma visível e palpável, à sociedade - em especial aos mais pobres materialmente - daquilo que constitui seu objetivo essencial - propugnar para que o conhecimento seja sempre assimilado e colocado a serviço do Bem Comum:

"O bem comum é o conjunto de todas as condições de vida social que consistam e favoreçam o desenvolvimento integral da pessoa humana" (Papa João XXIII - Encíclica Mater et Magistra).

Nesse sentido, a Universidade tem o dever de produzir e transmitir o conhecimento, colocando-o a serviço do bem comum. Não se trata, somente, de um retorno cultural e econômico; trata-se de um retorno social fulcrado na solidariedade. A Responsabilidade Social de uma Universidade não implica em transformá-la em Instituição de prestação de serviços assistenciais; porém, implica, necessariamente, num trabalho interativo entre os futuros profissionais que se deseja formar e os imediatos necessitados dos serviços prestados por estes profissionais.

### **2.4.3 As Instituições de Ensino Superior e a cidadania empresarial**

Atualmente, além da principal função da Universidade que é o ensino na sua mais ampla concepção, as instituições estão assumindo novos papéis, por exigência da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico, político e social do País. É a também chamada cidadania empresarial, em que as organizações buscam investir em programas e ações sociais, visando assumir sua Responsabilidade Social. Neste novo cenário, apesar de ainda predominar uma conotação estratégica, buscam investir em ações sociais, objetivando também ocupar uma posição de liderança no mercado. As empresas contribuem para elevar a qualidade de vida de segmentos da sociedade para os quais as ações do poder público não chegaram, ou foram insuficientes, adotando uma posição pró-ativa para encaminhar soluções para problemas sociais.

Paiva (2001) faz uma observação pertinente quanto à cidadania empresarial: “uma organização a partir de sua constituição legal adquire personalidade jurídica própria e, dessa forma, passa a usufruir direitos e a ter deveres a cumprir, comparáveis aos de uma pessoa física. Nesse sentido, pode-se dizer que a organização adquire cidadania”. A cidadania empresarial se manifesta de várias formas: por meio de participação em organizações sociais, parcerias com organizações do Terceiro Setor, doações financeiras, materiais e produtos, trabalho voluntário, patrocínio esportivo e cultural, etc. Paiva (2001) continua definindo cidadania empresarial como: “práticas situadas nos limites entre o mercado e o Terceiro Setor”.

## **2.5 Responsabilidade Social: no terceiro setor**

Crescimento notável vem ocorrendo mundialmente em atividades voluntárias organizadas e na criação de organizações privadas sem fins lucrativos ou não-governamentais. As pessoas estão formando associações, fundações e instituições similares para prestar serviços sociais, promover o desenvolvimento econômico local, impedir a degradação ambiental, defender os direitos civis e procurar realizar

inúmeros outros objetivos da sociedade ainda não atendidos ou deixados sob a responsabilidade do Estado.

Para Salamon (1998) “o crescimento do Terceiro Setor decorre de várias pressões, demandas e necessidades advindas das pessoas, como cidadãos, das instituições e até dos próprios governos. Ele reflete um conjunto nítido de mudanças sociais e tecnológicas, aliado a contínua crise de confiança na capacidade do Estado”. Uma crise ambiental global também estimulou muitas iniciativas privadas, preocupadas com as conseqüências da pobreza contínua e crescente dos países em desenvolvimento, levando-os a destruir o meio ambiente e os recursos naturais para resolver a sobrevivência imediata. Somando aos padrões de desperdício, de abuso e desatenção dos países ricos, esse quadro resultou numa séria degradação ambiental.

A definição de Terceiro Setor surgiu já na primeira metade do século, nos Estados Unidos. Ele seria uma mistura dos dois setores econômicos clássicos da sociedade: o público, representado pelo Estado, e o Privado, representado pelo empresariado em geral. Segundo Neto (1999, p. 25), a noção de terceiro setor vem do comportamento filantrópico que a maioria das empresas norte-americanas sempre mantiveram ao longo da história.

### **2.5.1 Assistência e Responsabilidade Social como estratégia de negócios**

Tanto no meio acadêmico quanto no meio empresarial, a preocupação com a gestão estratégica, de qualquer organização, é fundamental para poder se manter à frente dos acontecimento, principalmente diante do ambiente de incerteza e turbulências onde estas organizações estão inseridas. (TOLDO, 2003).

Esta gestão estratégica envolve em utilizar adequadamente os recurso físicos, financeiros e humanos, na minimização dos problemas e a maximização das oportunidades para o alcance dos objetivos estabelecidos (OLIVEIRA, 1991). Desta forma o desenvolvimento de ações de responsabilidade social destaca prática social como ferramenta estratégica para o desenvolvimento da atividade fim da organização.

A responsabilidade e a assistência social é percebida como necessária para a manutenção de algumas atividades dentro das instituições educacionais como, por exemplo, a alimentação a extensão universitária. A estratégia destas instituições é de investimento que abrangem, principalmente, a saúde, ao meio ambiente, a educação de determinada população, ações na sociedade, entre outros.

Segundo Toldo *apud* Pagliano (1999), ao adotar comportamentos e práticas de responsabilidade social, as empresas têm alguns objetivos, como: proteger e fortalecer a imagem da marca e sua reputação, favorecendo a imagem da organização – A credibilidade passa a ser uma importante vantagem, um diferencial competitivo no mundo globalizado; Diferenciação dos concorrentes – quando a empresa se insere na comunidade cria um diferencial e se destaca, caracterizando a organização; Geração de mídia – as ações sociais costumam ter repercussão na mídia, um espaço espontâneo que gera mais credibilidade do que campanhas publicitárias; Atrair e manter talentos – profissionais valorizam as empresas que os valoriza, são respeitados e conhecem o objetivo da empresa, fazendo o máximo para atingir os resultados; Dedução fiscal – abatimentos de impostos e encargos; entre outros objetivos.

Para Drucker (1990), há um grande desafio para as instituições: criar identidade e objetivos comuns junto a comunidade. Os problemas sociais devem ser encarados como oportunidades de sucesso, porque representam desafios para a organização que, ao atender determinada necessidade social, está ao mesmo tempo servindo a si própria. É, portanto, preciso transformar a solução de um problema social em oportunidade.

Vale lembrar que tanto a assistência quanto a responsabilidade social tem custos. Implantar programas sociais na comunidade e na promoção de stakeholders exige investimentos. Porém a solução dessas questões trará inovações capazes de favorecer e fortalecer, direta ou indiretamente, a instituição (TOLDO, 2003).

A coleta e a avaliação do comportamento social nas instituições através de indicadores qualitativos e quantitativos abrange os seguintes temas: valores e transparência, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores/clientes, comunidade, governo e sociedade. Estas informações devem ser de relevância para os diferentes públicos da empresa, assim como, a clareza na elaboração. Outro critério importante é primar pela veracidade das informações e assim evidenciar a

neutralidade e consistência na formulação e apresentação das ações e práticas. O instrumento capaz de tabular tais dados é o Balanço Social.

## **2.6 O Balanço Social: um indicador de responsabilidade social**

O balanço social é um documento publicado anualmente, que reúne um conjunto de informações sobre as atividades desenvolvidas por uma empresa no sentido da promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade onde está inserida. Por meio dele a empresa mostra o que fez pelos empregados e seus dependentes e pela população sobre quem exerce influência direta. É, pois, um instrumento pelo qual a empresa divulga o investimento em projetos e/ou ações sob a ótica da responsabilidade social. Desta maneira, o balanço social passa a ser cada vez mais utilizado como um indicador de qualidade empresarial.

Atualmente, exigem balanço social países como: Bélgica, França, Alemanha, Inglaterra, Portugal, EUA e Canadá, entre outros. Na França, desde 1977, as empresas com mais de 750 funcionários são obrigadas a publicar o balanço social. A partir de 1982, a lei foi estendida a todas as empresas com mais de 300 funcionários, constituindo-se hoje em um procedimento de rotina.

No Brasil, as primeiras publicações de balanço social ocorreram na década de 80. Já em 1984 a empresa Nitrofértil, situada na Bahia, publicou o documento que é considerado o primeiro balanço social do País. Em seguida vieram os balanços do sistema Telebrás e, na mesma época (década do 90), o balanço social do Banco do Estado de São Paulo- Banespa.

É importante destacar que foi Herbert de Souza, o Betinho, que, quando presidente do Instituto Brasileiro de Análises Sociais – IBASE, passou a defender a idéia da elaboração e da divulgação do Balanço Social como instrumento de demonstração do envolvimento social dos empresários junto à sociedade, fato este que levantou a bandeira da responsabilidade social e da cidadania das empresas. Passou-se a considerar que o balanço social é uma avaliação para medir e julgar os fatos sociais vinculados à empresa, tanto internamente (empresa/empregado) como externamente (empresa/comunidades) (SOUZA,1997). Entre 1997 e 1998, realizaram-se seminários, com o apoio da Gazeta Mercantil e da Petrobrás, cujos



resultados contribuiriam para as bases da legislação atual sobre o balanço social (TORRES, 2000).

Embora esse não seja obrigatório, já existe no IBASE o registro de 93 empresas que publicam os seus balanços sociais; entre eles, 37 o fazem segundo as normas e padrões adotados pelo Instituto. Talvez esse número não seja maior pela ausência de legislação e regulamentação pelo Congresso, uma vez que o número de empresas que vem desenvolvendo ações na área social é muito maior. Atualmente, tramita novamente na Câmara o projeto lei 0032, de 1999, de autoria do deputado Paulo Rocha, que reapresenta o projeto lei número 3116/97, já arquivado, à época apresentado pelas deputadas Marta Suplcy, Maria Conceição Tavares e Sandra Starling. Este projeto propõe a criação e torna obrigatória a apresentação do balanço social pelas empresas públicas e privadas. Existem ainda leis estaduais e municipais voltadas para a regularização do balanço social.

Algumas instituições, como o IBASE e a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social - FIDES, vêm desenvolvendo modelos de balanço social, com o objetivo de incentivar e facilitar a sua publicação. O IBASE divulgou um modelo de balanço social baseado na lei nº 3.116, de 1997. Resumidamente, o modelo propõe os seguintes itens: a) indicadores laborais, que se referem aos gastos com os empregados - salários, benefícios, participação nos lucros e outros; b) indicadores do corpo funcional; referem-se ao número de empregados, número de mulheres, número de deficientes físicos, admissões e demissões e c) indicadores sociais: dizem respeito ao pagamento de impostos, e aos investimentos da empresa na sociedade e em projetos ambientais.

Segundo o Grupo de Fundações e Instituto Empresariais-GIFE (1997), a publicação do balanço social deve levar em conta o investimento realizado no plano interno e no plano externo da empresa. No plano interno, as informações devem refletir aquelas iniciativas que contribuem para a qualidade de vida e promoção humana dos seus empregados, tais como: educação profissional e formal, saúde, segurança no trabalho, alimentação e transporte. No plano externo, o balanço social deve informar os investimentos em educação, cultura, esporte, meio ambiente (reflorestamento, despoluição, gastos com a introdução de métodos não poluentes e outros), habitação, saúde pública, saneamento, assistência social, segurança, urbanização, defesa civil, obras públicas e, de modo especial, atividades que privilegiem as comunidades carentes.

Não é só o balanço social que declara o desempenho empresarial. Também existe certificação social que, atribuída a todas as empresas e seus fornecedores, garante a seus empregados todos os direitos previstos na legislação trabalhista. Os selos do IBASE e da Câmara Municipal de São Paulo são exemplos de certificação da responsabilidade social da empresa.

### **2.6.1 A publicação do balanço social**

Ciro Torres relata, no site do Instituto Brasileiro de Análises Sociais - IBASE (2001), que, neste mesmo ano, quatro agências da cooperação internacional planejam e patrocinam uma pesquisa sobre responsabilidade social nas empresas que atuam no Nordeste brasileiro. Esta pesquisa foi desenvolvida pela Universidade Federal de Pernambuco. O objetivo da pesquisa foi identificar a tendência entre empresas do Nordeste, de apoiar organizações da sociedade civil. Outro objetivo desta pesquisa foi mostrar os fatores que motivam, ou desmotivam, as empresas a agirem no campo social.

A pesquisa detectou que um sexto das empresas pesquisadas iniciaram trabalho filantrópico na década de 80 e, aproximadamente, metade iniciou este trabalho na década de 90. Em Recife, desde 1960, um quarto (  $\frac{1}{4}$  ) das empresas já estavam envolvidas em trabalhos filantrópicos.

A pesquisa demonstra que a motivação mais freqüente por parte das empresas é de, simplesmente, criar bem-estar social. Esta resposta foi informada por diretores de empresas. Gerentes e outros funcionários responderam que o que os motiva a participar de ações sociais são questões como a imagem da empresa, e o relacionamento com a comunidade. Aprimorar o relacionamento com a comunidade é a motivação atestada por 80% das empresas.

Outra informação interessante colhida da pesquisa é que muitos optaram pela religião como motivo de estarem envolvidos em ações sociais. A pesquisa aponta que as atividades sociais das empresas, estão mais relacionadas a alimentação (nutrição) e a educação.

Outros temas, como: saúde, emprego e geração de renda, ou direitos humanos, recebem menos prioridade, e questões como, desenvolvimento rural ou

planejamento familiar não são sequer mencionados nas respostas colhidas pelos questionários aplicados às empresas.

Crianças e adolescentes são os mais beneficiados pelas ações sociais das empresas do setor privado. Artigo publicado pela Gazeta Mercantil, de 23 de março de 2001, relata que foi realizada uma pesquisa da Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB), com 1.715 empresas de todo o país; desta pesquisa surgiram duas surpresas. Somente 58% das empresas ouvidas pela entidade admitem que utilizam instrumentos de marketing social para divulgar suas ações. Além disso, 81% declaram que não costumam realizar pesquisas junto aos consumidores para verificar se sua imagem é a de uma empresa responsável.

A pesquisa da ADVB reúne dados sobre as atividades de fundo social em curso em 1.715 (um mil, setecentos e quinze) empresas brasileiras. No que se refere a principal categoria beneficiada que são: os idosos, os empregados da organização e portadores de doenças graves recebem atenção. Entretanto identifica-se que os maiores beneficiados pelos projetos sociais são as crianças e os jovens.

Quanto às atividades abrangidas, os projetos possuem uma série de programas que são desenvolvidos por algumas das empresas pesquisadas, tais como: estímulo ao emprego, desenvolvimento urbano, assistência social, entre outros, dando maior ênfase à educação, saúde, ao meio ambiente e à cultura, nesta ordem.

Torre (2001), assinala que, as contribuições sociais das empresas privadas se dão por doações tanto financeiras como de produtos ou equipamento, financiamento de projetos, ofertas de serviços ou treinamento. A organização das ações sociais das empresas acontece da seguinte forma: o presidente ou diretor toma as decisões; essas decisões são levadas a um departamento específico, que se encarregará de promover o trabalho filantrópico. Um fato importante relatado na pesquisa é que a maioria das empresas estudadas não elabora um orçamento para as atividades de filantropia.

Outro dado colhido na pesquisa de Torres é que a maioria das empresas não incentiva seus funcionários a se envolverem em atividades sociais, e aquelas que mais encorajam seus funcionários a participarem de atividades sociais são empresas do setor industrial. Segundo a pesquisa, as empresas não se envolvem em atividades sociais principalmente pela falta de recursos.

Muitas empresas ainda não envolvidas em atividades sociais já pensaram em participar, e a maioria delas aponta, como motivo principal, uma maior conscientização de sua responsabilidade social. A opção mais votada pelas empresas, como forma de ajudar a sociedade, seria, doações financeiras ou em forma de produtos fabricados pelas mesmas.

O balanço social é o instrumento utilizado para demonstrar a todos os usuários as atividades sociais relatadas, até agora neste trabalho e também os investimentos públicos e privados, econômicos e sociais, feitos pelas organizações.

A partir de Ragnini (1998), Kroetz (2001), Torres (2000), conclui-se que existem várias razões que levam as empresas a elaborarem e publicarem o Balanço Social, dentre elas:

- Demonstrar o que as empresas estão fazendo em prol da sociedade e de seus funcionários (programas e/ou projetos que incentivem o desenvolvimento humano e a qualidade de vida);

- Demonstrar o perfil social de seus funcionários (mostrando à sociedade, ao poder público, aos empresários, entre outros, que seus funcionários têm consciência social, que participam de atividades que beneficiem a sociedade e a eles próprios, etc.);

- Demonstrar a preocupação com o meio ambiente da sociedade onde se inserem, porque, cada vez mais, as empresas estão cientes de que os recursos naturais estão muito escassos;

- O Balanço Social, muitas vezes, é usado como peça de marketing, porque muitas empresas estão se preocupando com o Balanço Social, não pela consciência de sua responsabilidade social, mas por que, hoje, muitos consumidores e também o Poder Público estão valorizando empresas que se dedicam a atividades sociais;

- Incentivos Fiscais: algumas empresas tiram proveito da responsabilidade social que desempenham para receber incentivos fiscais;

- O balanço social é utilizado pela empresa como grande fonte de informação financeira: demonstrar o montante de investimentos e esforços desenvolvidos em atividades sociais, em salários, educação, saúde, meio ambiente, participação nos resultados, alimentação, impostos e encargos, programas /projetos, entre outros;

O Balanço Social, através das informações nele contidas, pode ajudar a definir a política de recursos humanos, auxiliar na decisão sobre novos investimentos na área social e no desenvolvimento da responsabilidade social em outras empresas, na própria sociedade, em seus funcionários, entre outros.

### **2.6.1.1 Modelos de balanço social**

Ainda não existe um modelo ideal de Balanço Social que possa ser utilizado por todas as empresas. Existem, sim, propostas de modelos e, cada empresa utiliza praticamente um modelo diferente da outra. Isto ocorre porque cada empresa quer mostrar o que tem de melhor nela e deixa de lado outros pontos em que ela não atua. Por exemplo: uma empresa que produz talheres feitos de madeira. O Balanço Social desta empresa mostra que ela investe milhões de Reais em reflorestamento, possui um projeto de trabalho voluntário, com participação dos funcionários, para ajudar menores carentes a realizarem trabalhos de marcenaria, entre outros. Porém, deixa de evidenciar que não possui nenhum tipo de seguro contra acidente de trabalho. Este é um dos problemas que se pode encontrar, pela inexistência de um modelo de Balanço Social regulamentado por lei.

Carvalho, *apud* Kroetz (2000), relata que, a implementação do Balanço Social deve ser desenvolvida em quatro fases, a saber:

1. fase política – traduzida na tomada de consciência, por parte do corpo diretivo da entidade, da necessidade do Balanço Social como um instrumento gerencial e de relação pública; tomada de consciência da responsabilidade social da entidade. Também inclui-se neste estágio a “venda” da proposta para todo quadro funcional, pois a construção de um bom Balanço Social depende do engajamento da totalidade do grupo organizacional;

2. fase operacional – etapa em que se busca implantar, de forma operacional, a demonstração do Balanço Social, exigindo, muitas vezes, o aperfeiçoamento da estrutura sistêmica organizacional e de seus vários subsistemas, viabilizando a coleta, o tratamento e a geração de informações;

3. fase de gestão – mediante a integração dos novos objetivos sociais no negócio, durante o qual o Balanço Social passa de simples instrumento de

informação para instrumento de apoio a gestão. Nesta fase, adicionam-se os objetivos sociais e econômicos, afetando o processo de tomada de decisão nos diversos níveis da entidade, transformando-se em subsídio para o planejamento estratégico;

4. fase de avaliação – etapa em que são avaliados os procedimentos utilizados na preparação e comunicação das informações, bem como as influências que as mesmas exercem na tomada de decisão e implementação de novas posturas administrativas, identificadas como responsabilidade social e ecologicamente correta. É a fase de retroalimentação do sistema, reavaliando todos os procedimentos, informações, implementações e resultados oriundos da análise do Balanço Social.

Estas etapas facilitam a elaboração do Balanço Social, pois estruturam todo o caminho a ser percorrido, desde a consciência da importância de se fazer o Balanço Social da empresa, passando pelos objetivos a serem alcançados, a motivação pela coleta de dados, e por último, a estrutura final do demonstrativo e sua retroalimentação.

As maiorias dos modelos pesquisados são elaboradas a partir de informações extraídas dos registros contábeis usuais. Os itens que compõem os modelos são, na maioria, relacionados ao bem-estar dos funcionários, tais como: saúde, alimentação, prevenção contra acidentes de trabalho, seguros, educação, treinamento, creches, cultura, número de admissões e demissões, etc, e também relacionados com o meio ambiente: projetos de proteção a reservas florestais, projetos de reciclagem de lixo, entre outros. Apresenta-se alguns modelos de balanço social:

a) Modelo De Balanço Social Proposto Pelo IBASE

O IBASE, e parte do projeto de Lei n.º 32-99, propõem um modelo de Balanço Social para as empresas, procurando padronizar, esclarecer o funcionamento e cooperar para elaboração de um modelo que satisfaça as necessidades de todas as organizações (Anexo I).

Kroetz (2000) preconiza que o Balanço Social é um instrumento amplo, que engloba, além dos requisitos exigidos na proposição, outras medidas de desempenho profissional e produtivo, bem como o grau de comprometimento e satisfação dos funcionários, entre outros. O Balanço Social é formado por informações extraídas dos registros contábeis, por isso, parte da responsabilidade é

do profissional desta área, que, por sua vez deve ser fiscalizado pelos Conselhos Regionais.

Profissionais de Contabilidade tem, nas mãos, um instrumento fantástico, capaz de criar uma nova cultura e de fazer entender aos detentores da riqueza que as empresas têm, de fato, um papel social relevante e, certamente, muito acima do que tem esperado do estado. Estas informações, por sua vez, devem ser aproveitadas para avaliar as ações do governo e das empresas (MENDES *apud* KROETZ, 2000).

#### b) Modelo De Balanço Social Proposto Por Batista

Os modelos de Balanço Social, existentes no Brasil, são muito semelhantes. Todos eles mostram o faturamento bruto da empresa, o lucro operacional e o total de folhas de pagamento. Com base nestes valores é que são calculados os percentuais referentes a cada indicador (BATISTA, 2000).

Este autor realizou uma pesquisa que consistiu em elaborar um modelo de Balanço Social para a indústria têxtil e, para isso, decidiu estudar em conjunto, todos os modelos existentes de Balanço Social e extrair o que de melhor em cada um, procurando sanar as falhas encontradas (Anexo II). Sugere-se que tal modelo seja utilizado como ferramenta de apoio às decisões gerenciais.

#### c) Modelo De Balanço Social Proposto Por Kroetz

Kroetz (2000), contribui para a elaboração de um modelo de Balanço Social, que tem como premissas básicas, representar as demandas/interesses dos usuários; demonstrar as influências, favoráveis e desfavoráveis, recebidas e transmitidas pelas entidades, na concepção sistêmica que une a entidade e a sociedade; e basear-se no espaço temporal passado/presente/futuro.

Como espinha dorsal, um Balanço Social de características gerenciais. A Demonstração do Valor Adicionado encontra-se no corpo do Balanço Social, porém, o autor reconhece a autonomia deste como demonstração, com características próprias, que pode ser divulgado em separado do Balanço Social (KROETZ, p. 2000).

## 2.7 Síntese entre assistência e Responsabilidade Social

A utilização dos termos responsabilidade social e assistência social teve destaque e se consolidou a partir da década de 1990 no Brasil. Em alguns países europeus e nos Estados Unidos estes termos apareceram anteriormente.

A preocupação social evidencia vantagens competitivas no mercado, numa sociedade em que a vida é ordenada pelos valores do mercado. A vertente instrumental da prática socialmente responsável é definida e aceita, pois caracteriza que a instituição tem retorno quando associada ao bem social, seja sobre o título “Responsabilidade” ou “Assistência” Social.

Para Melo e Fróes (2001), a responsabilidade social era a “ação caridosa, típica dos capitalistas do início do século, que utilizava a filantropia como forma de justificar os seus sentimentos de culpa por obterem lucros fáceis [...]”. O que caracteriza, atualmente, a confusão conceitual e prática de responsabilidade social com assistência social ou caridade.

O quadro 1 apresentado demonstra as principais distinções entre “Assistência Social” e “Responsabilidade Social”:

### Quadro 1 – Diferença entre filantropia e a responsabilidade social

<b>Assistência Social (Filantropia)</b>	<b>Responsabilidade Social</b>
Ação individual e voluntária	Ação coletiva
Fomento de caridade	Fomento da cidadania
Base assistencialista	Base estratégica
Restrita a empresários filantrópicos e abnegados	Extensiva a todos
Prescinde de gerenciamento	Demanda gerenciamento
Decisão individual	Decisão consensual

**Fonte:** MeloNeto; Fróes, 2001, p.28



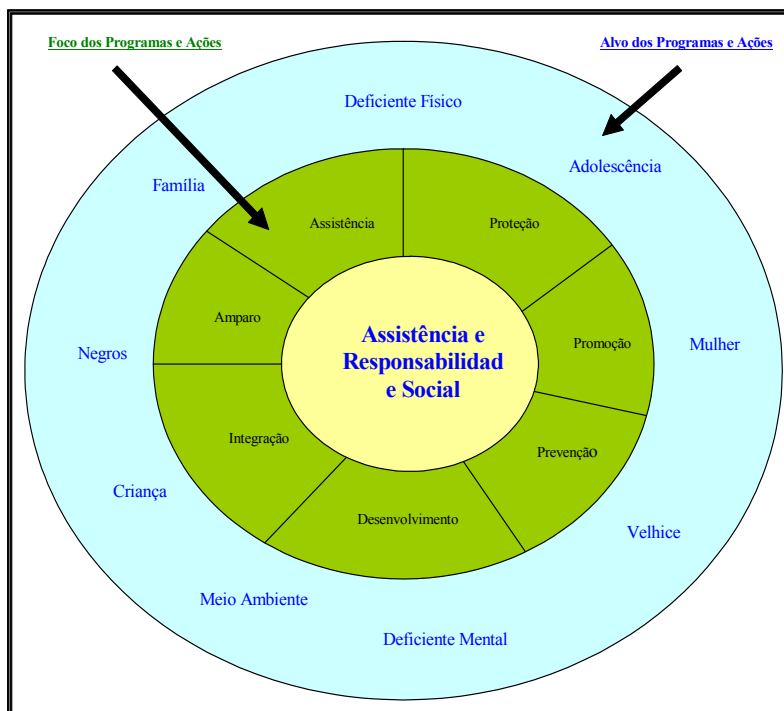
Para os autores, enquanto a responsabilidade social garante um retorno institucional e atinge, direta ou indiretamente, todos os membros da organização, a filantropia busca retorno pessoal; um confronto moral de quem pratica.

A filantropia empresarial que surgiu antes da responsabilidade social, e que ainda contempla práticas organizacionais, tem a finalidade de uma ajuda eventual, sem comprometimento e exigências. É a distribuição do excedente da empresa ou do indivíduo que não espera retorno na relação com quem recebe o benefício.

Toldo (2003) defende a responsabilidade social como a gestão empresarial que envolve a ética em todas as atitudes e atividades de uma organização. Assim como também é uma escolha em atuar na comunidade externa, sempre pautada em valores comuns a todos os membros da organização.

Oliveira (1984) corrobora que, além das obrigações legais que existem para qualquer tipo de organização, a responsabilidade social vai além, como o ato da instituição colaborar com a sociedade, pautada nos valores, normas e expectativas já definidas para o alcance de seus objetivos.

É preciso enfatizar que a assistência e a responsabilidade social tem focos e alvos destas ações muito semelhantes, no qual se torna muitas vezes complicado distinguir um ou outro. Na figura abaixo tentamos sintetizar os focos e o alvo das ações de assistência e responsabilidade social:



**Fig. 1** - Focos e Alvos das ações sociais.  
**Fonte:** Elaborado pela autora.

A assistência e a responsabilidade social realizam-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, assim como a proteção e prevenção ao meio ambiente. Os focos das ações podem ser definidos como:

**Quadro 2 - Definição do foco das ações de assistência e responsabilidade social baseado na Lei nº 8.742/93, Art. 2º.**

Foco das Ações de Assistência e Responsabilidade Social	Interpretação
1. Assistência	Socorrer a todos, indistintamente; melhorar a vida da população, sendo priorizada a atenção a infância e à adolescência em situação de risco pessoal e social.
2. Proteção	Proteger à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; ao meio ambiente.
3. Promoção	Promover os menos favorecidos ao mercado de trabalho.
4. Amparo	Amparar às crianças e adolescentes carentes; aos idosos e aos desamparados.
5. Integração	Integrar os menos favorecidos ao mercado de trabalho (habilitação e reabilitação profissional).
6. Desenvolvimento	Desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental)
7. Prevenção	Criar apoios nas situações circunstanciais de vulnerabilidade, evitando ou prevenindo que o cidadão caia do patamar de renda alcançado ou perca o acesso que possui aos bens e serviços

**Fonte:** quadro elaborado pela autora.

O quadro 2 apresenta o foco das ações de assistência e responsabilidade social baseado na Lei 8.742/93, sobre os itens assistência, proteção, promoção, amparo, integração, desenvolvimento e prevenção. Pode-se evidenciar que os mesmos tem em toda sua abrangência preocupações sociais privilegiando as crianças, os adolescentes e os velhos, ou seja, os menos favorecidos, os que se

encontram vulneráveis e excluídos da sociedade por fatores de contingências sociais, econômicas entre outras.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Ao analisar o conteúdo de uma pesquisa, o investigador deve buscar rigor científico, pois é baseado nas informações que são obtidas por meio da coleta de dados e na utilização de critérios e métodos que serão emitidas conclusões e/ou afirmativas concretas sobre o tema abordado.

Esse capítulo tem a função de descrever os procedimentos metodológicos que serão utilizados no desenvolvimento da presente pesquisa sobre os programas e ações de assistência e responsabilidade social desenvolvidas pelas IES.

#### **3.1 Perguntas de Pesquisa**

Os estudos realizado buscou responder às seguintes perguntas de pesquisa:

- a) Quais são os Programas e Ações realizadas pelas Instituições de Ensino Superior pesquisadas?
- b) Quais são os principais focos e alvos dos programas e ações de cada Instituições de Ensino Superior pesquisadas e suas respectivas formas de divulgação?
- c) Quais são as experiências dos programas e ações das Instituições de Ensino Superior pesquisadas?
- d) Como se apresentam as ações das IES pesquisadas quanto às diferenças e igualdades?

#### **3.2 Caracterização da pesquisa**

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa que conforme Minayo (1997) é constituída por um conjunto de técnicas interpretativas que têm por meta retrair, decodificar ou traduzir fenômenos sociais naturais, com vistas à obtenção de elementos relevantes para descrever ou explicar esses fenômenos. Ela procura

entender o fenômeno social, considerando todos os aspectos do ambiente pesquisado como o indivíduo, o grupo, a cultura, os conflitos, e outras variáveis que não podem ser quantificadas.

Já Richardson (1985) se refere à pesquisa qualitativa como: A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. O aspecto qualitativo de uma investigação pode estar presente até mesmo nas informações colhidas por estudos essencialmente quantitativos, não obstante perderem seu caráter qualitativo quando são transportados em dados quantificáveis, na tentativa de se assegurar à exatidão do plano dos resultados.

A pesquisa qualitativa se caracteriza pelo aspecto exploratório, na qual o pesquisador irá buscar dentro de determinado ambiente social as respostas para seus questionamentos. Os métodos qualitativos apresentam um enfoque indutivo, partindo do estudo de um caso específico para uma tentativa de generalização. Muitas vezes, o pesquisador poderá não encontrar respostas, mas novos problemas, o que torna a pesquisa qualitativa flexível, na medida que estes estão em constante evolução.

Merriam (1998) enuncia que a pesquisa qualitativa tem as seguintes características:

a) o pesquisador deve buscar o entendimento do fenômeno pesquisado pela perspectiva do participante, sem intervir na sua opinião;

b) o resultado da pesquisa será fruto das técnicas utilizadas na pesquisa, ou seja, deve se ter muito cuidado com os mecanismos de pesquisa para que não venham ocorrer conclusões errôneas da pesquisa;

c) a pesquisa deve ser feita no local exato de onde se pretende pesquisar, observando o comportamento e o meio ambiente onde se encontra o sujeito;

d) a pesquisa tem caráter intuitivo, onde o pesquisador observa a realidade e a confronta com teorias preexistentes sobre o tema.

e) a pesquisa qualitativa se caracteriza por uma abordagem totalmente descritiva, e flexível.

Como se deseja conhecer profundamente o ambiente da instituição, entendido como um fenômeno social, ou um conjunto deles, tendo como objetivo

mostrar a realidade em determinado instante, utiliza-se o estudo de caso qualitativo. Godoy (1995b, p. 25) expressa que “O estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”. Enquanto Stake *apud* Merriam (1998) considera que o estudo de caso qualitativo é uma intensa descrição holística e uma análise de um simples instante, fenômeno ou unidade social.

Sendo assim, de acordo com a concepção desses autores acima citados, as escolhas metodológicas de uma pesquisa formam um verdadeiro sistema, que interage dialeticamente formando um conjunto dessa prática. Com esse entendimento, apresenta-se, a seguir, a metodologia a ser adotada na presente pesquisa, sustentada a partir da revisão bibliográfica, que embasa a fundamentação teórica referente ao objeto de estudo. Utilizando-se os modos de investigação das ciências sociais pode-se conseguir identificar, sistematizar e compreender, reconhecendo-se os focos e alvos dos programas e ações sociais desenvolvidas pelas IES pesquisadas.

Este estudo se caracteriza como exploratório e descritivo. Gil (1995, p. 44) menciona que o estudo exploratório “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Permite ao pesquisador um acréscimo de experiência em torno do problema.

Triviños (1995) apresenta um conceito bem restrito para estudo de caso, cujo objeto de investigação é uma unidade que se analisa aprofundadamente. Para Roesch (1999), estudar pessoas em seu ambiente natural é uma vantagem do estudo de caso e uma diferença básica em relação ao experimento. O estudo de caso é apropriado quando a ênfase da pesquisa for analisar fenômenos ou processos dentro de seu contexto.

Quanto a sua natureza, a pesquisa fará uso de aspectos da abordagem qualitativa, que, para Minayo (2000), objetiva uma compreensão mais profunda dos fenômenos sociais, trabalhando-se com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes.

Godoy (1995) enfatiza ainda que com a pesquisa qualitativa pretende estudar os fenômenos sociais, os valores humanos, cultura, comportamentos, hábitos, atitudes e opiniões, envolvendo a obtenção de dados descritivos sobre as pessoas, lugares e processos interativos pelo contato do pesquisador com a situação

estudada, procurando compreender os fenômenos, segundo as perspectivas do sujeito ou participante da pesquisa.

Sílvia e Menezes (2000) ressaltam que a pesquisa qualitativa considera que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Dessa maneira, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo da pesquisa qualitativa. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. Goldenberg (1997) observa que os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos.

Esses dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los. Para Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa exige contato direto e mais longo do pesquisador com o ambiente e a situação a se investigar, sendo os dados coletados ricos em descrições de pessoas, situações, acontecimentos preocupando-se em retratar o significado que as pessoas dão às coisas, permitindo demonstrar o dinamismo interno das situações observadas pelo externo.

De acordo com Chizzotti (1991), na pesquisa qualitativa o pesquisador não é um mero relator; ele se emerge no cotidiano, se familiariza com os acontecimentos diários e usa sua percepção para observar práticas e costumes do sujeito pesquisado. O pesquisador experimenta o espaço e o tempo vivido pelos investigados partilhando suas experiências, para reconstituir o sentido desta pesquisa. O referido autor destaca, ainda, que as pessoas participantes da pesquisa qualitativa são os sujeitos que vivem a prática diária e a experiência cotidiana observada.

A realização de uma pesquisa exige o planejamento de ações que, articuladas, devem ser conduzidas de forma a atingir os objetivos definidos. Segundo Alves (1991), na pesquisa qualitativa não é possível indicar, inicialmente, a quantidade e quais as pessoas envolvidas, embora seja possível indicar algumas.

Deslandes (1997) destaca que, ao se trabalhar com os elementos constitutivos de uma pesquisa, se deve delimitar o problema a uma dimensão variável, tomando cuidado para não deixá-lo muito amplo, a ponto de tornar impossível sua investigação. Neste sentido, Morgan (1996) argumenta que a

compreensão da natureza de um determinado fenômeno dependerá de como a pessoa encara tal fenômeno, ou seja, de uma mesma situação ou experiência, as pessoas têm as suas próprias interpretações dos fatos, o que muitas vezes torna difícil que se obtenha uma visão comum.

### **3.3 Contexto do estudo e informantes da pesquisa**

O universo da pesquisa de campo foi as Instituições de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina vinculadas ao Sistema ACAFE.

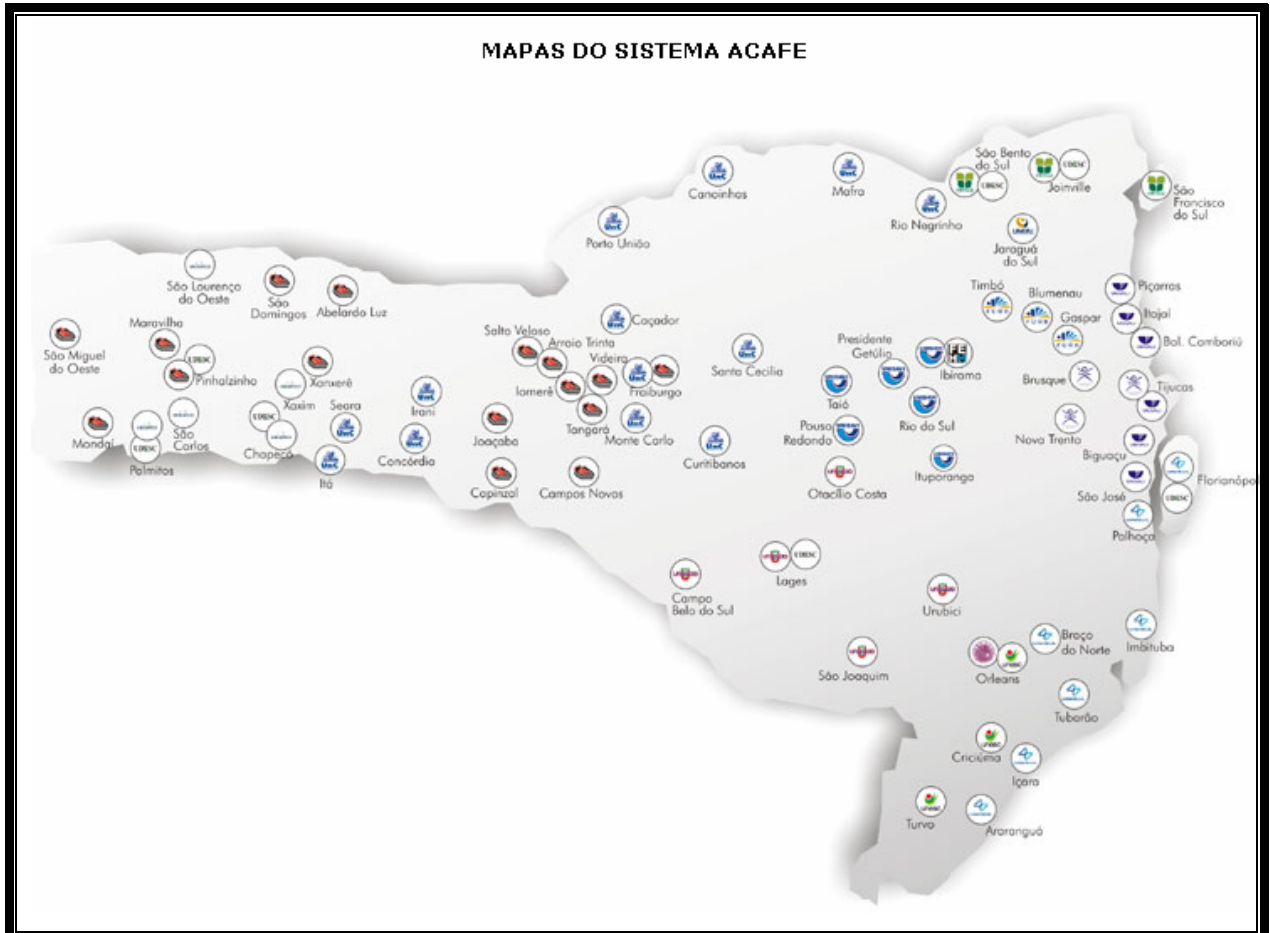
Foram escolhidas 06 (seis) Instituições independentemente de seu porte e ou tamanho e as ações sociais desenvolvidas no ano de 2004. Os participantes não se opuseram em divulgar os resultados obtidos.

As entrevistas, foram gravadas com a permissão dos entrevistados e posteriormente transcritas para que se procedesse à análise das mesmas. Assim, foram consideradas suas colocações mais importantes para a compreensão do estudo.

Optou-se como método de pesquisa uma entrevista (aberta) junto aos departamentos de Extensão das IES, com o intuito de conhecer as ações sociais das instituições educacionais do Estado de Santa Catarina vinculadas ao Sistema ACAFE. Em 1974, os presidentes das fundações criadas por lei municipal e da fundação criada pelo Estado constituíram a ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais, entidade sem fins lucrativos, com a missão de promover a integração dos esforços de consolidação das instituições de ensino superior por elas mantidas, de executar atividades de suporte técnico-operacional e de representá-las junto aos órgãos dos Governos Estadual e Federal. O Corpo Diretivo da ACAFE é formado pelos seguintes membros: Presidente: Gaston Mário Cazamajou Bojarski - Universidade Do Contestado – Unc; Vice-Presidente: Antônio Milioli Filho - Universidade Do Extremo Sul Catarinense – UNESC; Conselho Deliberativo: Egon José Schramm (FURB), José Roberto Provesi (UNIVALI), Maria De Lourdes Busnardo Tridapalli (UNIFEBE), Gilberto Luiz Agnolin (UNOCHAPECÓ); Conselho Fiscal: Aristides Cimadon (UNOESC), Nara Maria Kuhn Göcks (UNIPLAC), Luiz Claudio Fossati (Unc - Canoinhas), Viegand Eger (UNIDAVI), Celso De Oliveira



Souza (FEBAVE), Anselmo Fábio De Moraes (UDESC); Secretário Executivo: Darcy Laske. Abaixo apresentamos o mapa do Estado de Santa Catarina, com a localização das Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Sistema ACAFE:



**Fig. 2 - Mapa do Sistema Acafe.**  
**Fonte: Acafe**

Esta entrevista foi aplicada a algumas IES independentemente do seu tamanho ou da sua classificação quanto ao aspecto social.

O procedimento metodológico adotado foi a abordagem qualitativa, que parte de um foco mais amplo, que foi sendo definido à medida que a entrevista avançou para um estudo mais direcionado.

### 3.4 Instrumentos de coleta de dados

Utilizou-se fontes de dados primárias e secundárias para a concretização do estudo. Com relação ao exposto pode-se tomar como parâmetro Richardson (1985) quando enuncia que há sempre uma relação física direta entre os fatos analisados, os relatos ou registros das experiências vivenciadas para as questões ligadas as fontes primárias. Quanto às fontes secundárias, serão apresentadas como uma demonstração dos objetivos do processo de mudanças e a percepção que os entrevistados têm acerca do mesmo. Nesse contexto recorre-se novamente a Richardson (1985) que indica que quanto a não haver uma relação direta com o acontecimento registrado, senão de algum elemento intermediário.

Faz-se necessário salientar que o pesquisador utilizou como técnica de coleta de dados, entrevista baseada em um questionário semi-estruturado, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e a observação participante.

Essa pesquisa também se utiliza da análise de uma série de documentos, tais como regimentos, ordenamentos, atas, dentre outros. Sempre que se precisa de informações de pessoas ou fenômenos aos quais o pesquisador não tem acesso direto, como fatos históricos bem como pesquisas sobre pessoas ou fenômenos que não existem mais, as fontes de pesquisa utilizadas são documentos, periódicos, jornais, revistas, cartas, fotos, etc. Godoy (1995, p. 21) assim se refere à pesquisa documental:

O exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam tratamento analítico, ou que podem ainda ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares.[...] uma das vantagens básicas deste tipo de pesquisa é que permite o estudo de pessoas às quais não temos acesso físico, porque não estão mais vivas ou por motivos de distância.[...] é também apropriada quando queremos estudar longos períodos de tempo, buscando identificar uma ou mais tendências no comportamento de um fenômeno.

Ao realizar uma pesquisa científica são utilizados diversas técnicas e métodos para se chegar ao resultado. Nas ciências sociais as técnicas mais utilizadas como instrumento de coleta de dados do estudo empírico são o questionário e a entrevista.

Para atingir os objetivos propostos por essa pesquisa, à coleta de dados e informações contemplou apenas ao roteiro de entrevista.

As entrevistas realizadas individualmente foram semi-estruturadas, com o objetivo de, apoiada à teoria ampliar as interrogativas conforme a condução de respostas e o entendimento transmitido pelo entrevistado.

### 3.4.1 Análise de dados

A coleta e análise de dados são tarefas das mais difíceis na pesquisa qualitativa. Torna-se difícil a comparação sistemática de dados não estruturados, visto que se trabalha com percepções, sentimentos e valores a categorização dos dados não possui regras claras, ao contrário dos métodos quantitativos, pois depende do contexto e do ambiente da pesquisa.

Existem várias classificações dos instrumentos de coleta de dados em pesquisa qualitativa, variando entre os autores. Para Haguette (1987, p. 39) há quatro tipos de instrumentos de pesquisa qualitativa, a observação participante, a história de vida, a entrevista e a história oral.

A história de vida serve como ponto de referência para avaliar teorias que tratam do mesmo problema para cujo propósito as informações foram tomadas. [...] A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado [...] A observação participante como a entrevista, a história de vida e a história oral são, pois, técnicas de coleta de dados que trazem em si limitações sobre as quais o pesquisador deve estar atento a fim de evitá-los quando for possível e de aceitá-los quando inevitáveis, embora consciente das distorções que podem provocar.

Após análise das diversas técnicas sugeridas pelos autores citados, entende-se como instrumentos básicos de coleta de dados na pesquisa qualitativa aqueles utilizados por Merriam (1998), que são:

- a) entrevista dos participantes (questionários, gravações, anotações)
- b) observação do ambiente pesquisado;
- c) estudo documental.

As entrevistas foram guiadas com base em um questionário adaptado de Schein (2001), composto por perguntas semi-estruturadas, não disfarçadas, ou seja, as questões foram colocadas sempre na mesma ordem para todos os entrevistados.

As entrevistas foram realizadas no ambiente de trabalho e as informações obtidas foram gravadas no momento da realização. A coleta dos dados foi realizada pela própria autora do trabalho. Os dados primários foram obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas, junto aos Pró-Reitores, Chefes de Departamento, professores e funcionários das instituições.

Goldenberg (1998) exprime que entrevistador precisa ter cuidado na ordem de escolha dos entrevistados, haja visto que, utilizando-se de uma escolha pessoal, poderá direcionar o resultado de forma irreal. Normalmente a entrevista segue uma linha hierárquica de credibilidade, ou seja, entrevistando primeiro aqueles que supostamente tem maior conhecimento do assunto. Mas o entrevistador não pode limitar-se a ouvir somente essas pessoas, deve ouvir quem nunca é ouvido, invertendo a hierarquia de credibilidade. Um dos maiores problemas da entrevista é quanto à veracidade dos dados pois não há como saber o que o entrevistado está omitindo ou mesmo, se está tentando criar um contexto próprio de si ou dos outros. A personalidade e as atitudes do entrevistador também podem interferir nas respostas.

Os dados secundários foram extraídos através de pesquisa documental e bibliográfica. A análise de informações registradas em documentos de toda natureza, tais como, as publicações, as atas, o organograma, registros acadêmicos, dentre outros, colaboraram com o objetivo de conhecer as ações sociais da instituição. Richardson (1985, p. 182) explica que “a análise documental consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados”. Para Chizzotti (1998, p. 98) “A técnica se aplica à análise de textos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento”.

A grande vantagem do estudo documental consiste no aspecto do pesquisador não depender somente das pessoas.

Com acesso irrestrito aos documentos, o pesquisador poderá obter informações de pessoas já falecidas ou distantes fisicamente, bem como de períodos históricos.

### **3.5 Cuidados éticos na pesquisa**

Os aspectos éticos oriundos aos seres humanos foram assegurados aos participantes, utilizando-se, para isso, uma carta tendo por base a Resolução n. 196, do Conselho Nacional de Saúde, adaptada para o presente estudo, os quais e antecipadamente, foram apresentados aos elementos pesquisados, evidenciando-se que:

- a) os participantes aderem voluntariamente ao estudo, cientes da sua natureza e circunstâncias que envolvem o processo;
- b) os participantes não foram expostos a riscos maiores que os ganhos advindos do estudo;
- c) o sigilo do conteúdo das informações coletadas e o anonimato do entrevistado foram preservados;
- d) os entrevistados foram tratados respeitosamente;
- e) dados e informações com as quais o entrevistado não esteja de acordo não foram incluídos;
- f) os resultados foram baseados nos dados sem distorções; e
- g) os resultados foram apresentados na instituição, antes de serem publicados.

O presente estudo, como um todo, foi desenvolvido no período de junho de 2004 a novembro de 2004.

### **3.6 Limitações da pesquisa**

Considerando-se algumas limitações que os trabalhos desta natureza tendem a apresentar, citam-se a seguir as que foram considerados mais significativas em termos de possíveis interferências em seus resultados. A limitação desta pesquisa restringe-se às categorias de análise e às entrevistas consideradas pela pesquisadora como relevantes para o estudo.

A limitação do estudo existe devido ao referencial teórico pesquisado, resultados obtidos da pesquisa e das influências e percepções da autora. Os conceitos inerentes ao estudo reproduzem as percepções particulares de cada uma, perspectivas orientadas pelas condições internas de cada instituição. O principal limite deste estudo é que, por se tratar de estudo de caso, os resultados não podem ser generalizados para outros fenômenos similares, haja vista que cada IES tem um *modus operandi* para tratar dos programas e ações de assistência e responsabilidade social.

Assim, não se espera que este estudo seja definitivo ou compreendido como uma verdade científica unitária e inquestionável. Espera-se que possa inspirar nova vertente do conhecimento, dando origem a novas perguntas de pesquisa relativas ao assunto abordado.

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**

Neste item são apresentados e analisados os conteúdos pesquisados sobre os programas e ações sociais desenvolvidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES) do Sistema ACAFE.

O presente instrumento de coleta de dados (entrevista) foi dividido em duas partes, sendo que na primeira procurou-se caracterizar as IES. Num segundo momento apresenta-se os dados oriundos da entrevista. Inicialmente o perfil dos entrevistados e em seguida a transcrição das entrevistas, sendo que estas foram transcritas na íntegra obedecendo a ética da pesquisa e descritas conforme apresentadas na fala dos informantes. Salienta-se que as entrevistas foram transcritas na íntegra.

Tendo como base às transcrições das entrevistas realizadas, são descritas as ações desenvolvidas pelas IES, por meio de algumas citações de suas falas.

Primeiramente, fazem-se necessárias algumas informações sobre as Instituições que fizeram parte deste estudo, abordando-se uma breve caracterização. Em seguida, apresenta-se o perfil das entrevistadas, seis IES vinculadas ao Sistema ACAFE que compõem a amostra desta pesquisa. Por fim, são apresentados os resultados e a análise das informações obtidas na pesquisa.

### **4.1 Caracterização das IES estudadas**

As informações que constam nesta parte foram coletadas de relatórios, estatutos e home page de cada IES pesquisada.

Na tabela 1 apresentam-se as siglas e os nomes das seis instituições de ensino superior que participaram das entrevistas por meio de seus colaboradores:

### Quadro 3 - Caracterização das Instituições de Ensino Superior

Instituição de Ensino Superior (IES)	Universidade		Localização da Sede
IES 1	UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí	Itajaí
IES 2	UNIFEBE	Centro Universitário de Brusque	Brusque
IES 3	UnC	Universidade do Contestado	Caçador
IES 4	UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina	Tubarão
IES 5	UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina	Joaçaba
IES 6	FURB	Universidade Regional de Blumenau	Blumenau

Fonte: quadro elaborado pela autora.

Em prosseguimento apresenta-se o detalhamento das Instituições estudadas levando em consideração sua estrutura, finalidade e tipologia.

#### IES 1 – Universidade Do Vale Do Itajaí – UNIVALI:

Entidade Mantenedora: Fundação Universidade do Vale do Itajaí – Univali; Entidade Mantida: Universidade do Vale do Itajaí – Univali. Com uma estrutura multicampi, a Universidade do Vale do Itajaí está localizada nas cidades de Itajaí (sede), Balneário Camboriú, Biguaçu, Piçarras, São José e Tijucas – o que lhe permite, por intermédio dos seus nove Centros de Educação, atender à comunidade em todo o litoral centro-norte de Santa Catarina. A Univali é uma entidade sem fins lucrativos e filantrópica, criada pelo poder público mas de direito privado.

#### IES 2 – Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE:

Entidade Mantenedora: Fundação Educacional de Brusque – FEBE; Entidade mantida: Centro Universitário de Brusque – Unifebe. Localizada na cidade de Brusque. A Unifebe foi credenciada pelo decreto nº 647, de 29 de agosto de 2003, possui o compromisso de construir um projeto de educação que favoreça a busca de alternativas que auxiliem as pessoas a viver e a conviver pautadas na ética e na busca de uma sociedade com melhores condições para todos, procurando articular de maneira integrada o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, tripé fundamental para a



concretização de um processo educativo que garanta a qualidade do ensino e o comprometimento da instituição com a comunidade. Com a recente conquista, a Unifebe atinge um novo patamar no cenário do Ensino Superior do país.

### **IES 3 – Universidade do Contestado - UnC:**

Entidade Mantenedora: Fundação Universidade do Contestado. Entidade mantida: Universidade do Contestado - UnC. Reconhecida em 21 de outubro de 1997, e instalada oficialmente pelo Governo do Estado em 03 de dezembro de 1997. A Universidade do Contestado - UnC é uma Instituição multicampi, com Campi Universitário em Caçador, Canoinhas, Concórdia, Curitibanos e Mafra e com Núcleos Universitários em Fraiburgo, Monte Carlo, Porto União, Rio Negrinho, Santa Cecília e Seara.

### **IES 4 – Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL:**

Entidade Mantenedora: Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina. Entidade mantida: Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul.

A Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul é uma fundação de direito privado, de caráter comunitário e regional, organizada por transformação da Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC). Foi reconhecida como Universidade pela Portaria Ministerial MEC nº 028, de 27 de janeiro de 1989. A Unisul possui quatro Campi instalados nos municípios de Tubarão, Araranguá (1992), Palhoça (1996) e Florianópolis (2002), com unidades em várias cidades de sua área de abrangência. A Unisul é uma entidade sem fins lucrativos e filantrópica, criada pelo poder público mas de direito privado.

### **IES 5 – Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC:**

Entidade Mantenedora: Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina. Entidade mantida: Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC.

A Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC é uma fundação de direito privado, de caráter comunitário e regional. Possui quatro campi instalados nos municípios de Joaçaba, Videira, Xanxerê e São Miguel do Oeste. A Unoesc é uma entidade sem fins lucrativos e filantrópica, criada pelo poder público mas de direito privado.

**IES 6 – Universidade Regional de Blumenau - FURB:**

Entidade Mantenedora: Fundação Universidade Regional de Blumenau. Entidade mantida: Universidade Regional de Blumenau - FURB. A FURB é incluída como órgão autônomo na estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, uma instituição oficial de direito público. A FURB possui autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, conforme os seus Estatutos e Regimento Geral. Localizada na cidade de Blumenau.

**4.2 Perfil dos entrevistados**

O presente item refere-se a primeira parte do roteiro da entrevista.

Os informantes desta pesquisa é composta pelos funcionários administrativos e docentes vinculados ao departamento ou setor de Extensão da universidade pesquisada. A idéia inicial era entrevistar os Pró-Reitores de Extensão, mas no momento em que começamos a agendar os horários para as entrevistas, precisamos esclarecer do que se tratava, e em algumas instituições a pessoa mais indicada acabava sendo o funcionário administrativo que estava vinculado ao departamento de extensão, porque este estava mais envolvido com os programas e ações sociais. Desta maneira, nossa passagem e contato com os Pró-Reitores foram em algumas situações muito breves, com exceção do Pro-Reitor da UNC que se disponibilizou a participar da entrevista incondicionalmente. Em outros momentos entrevistamos o chefe do departamento, como foi o caso da Univali.

De qualquer modo, todos foram muito solícitos e além das entrevistas nos apresentaram materiais no qual ajudou a concluir os trabalhos.

**4.3 Categorias de análise**

Com base no roteiro de entrevistas e nos materiais coletados junto aos sujeitos da pesquisa, estabeleceram-se as seguintes categorias de análise:

- a) Os programas e ações mais relevantes na área social nas IES pesquisadas;

- b) Os principais focos e alvos das ações sociais;
- c) Os resultados das ações sociais obtidos e as formas de divulgação;
- d) Comparação das experiências de ações sociais das IES pesquisadas;
- e) Quadro geral com as principais incidências das ações sociais nas IES pesquisadas.

Na seqüência apresenta-se os conteúdos referentes a cada categoria de análise.

**a) Os programas e ações mais relevantes na área social nas IES pesquisadas**

Com relação a questão sobre os programas e ações mais relevantes na área social nas IES pesquisadas os entrevistados em sua maioria significativa foram unânimes quando destacaram as centenas de atividades de extensão das instituições de ensino superior que estão focadas na interação do estudante com a vida real, onde ele exercita o voluntariado, o trabalho social, a atuação cultural e o seu papel de profissional-cidadão. Uma das ações em comum entres as IES pesquisadas foi o programa de “Alfabetização Solidária”, em parceria com o Governo Federal/MEC, como sendo uma ação de grande relevância na questão da responsabilidade social.

O entrevistado da IES 5 fez as seguintes considerações a respeito do projeto “Alfabetização Solidária”:

A educação é um dos pilares que sustentam a sociedade. Através do projeto Alfabetização Solidária Regional, a Unoesc desenvolve programas de alfabetização de pessoas carentes, visando além do ensino das primeiras letras, à continuidade dos estudantes na modalidade de ensino supletivo de Educação Básica (Ensino Fundamental). (UNOESC)

Com relação a este assunto o entrevistado da IES 1, argumentou a respeito do programa “Comunidade Mãos a Obra”, comentando com a pesquisadora que as atividades de extensão e cultura que constituem o Programa Mãos à Obra se caracterizam por ações de incentivo e apoio ao desenvolvimento de experiências inovadoras voltadas ao enriquecimento e à articulação dos alunos e professores com a comunidade, de forma a gerar benefícios recíprocos profundos e qualitativos. Neste sentido, o Programa privilegia a cultura cidadã e tem se configurado como

uma das mais bem-sucedidas iniciativas de incentivo à união entre a Univali e a comunidade.

A maioria significativa dos informantes das IES pesquisadas informaram que outra ação relevante está ligada ao “**Programa Sócio Educativo de Desenvolvimento Comunitário**”. Este Programa se caracteriza, por uma coordenação responsável pela normalização e geração de projetos de cunho sócio-educativo, auto-sustentados, voltados para melhoria da qualidade de vida das populações alvo, principalmente de baixa renda e escolas municipais das regiões ao entorno das IES.

Como representativo do posicionamento do grupo, destacam-se os conteúdos em seqüência:

São centenas de pessoas envolvidas, muitas vezes de forma voluntária e gratuita, pelo prazer de ensinar, de fazer o bem, como é o caso da alfabetização solidária. (Univali).

Existe um dado na UnC que, mesmo sendo impossível de ser medido, é fácil de ser sentido: a cada ano que passa, cresce a cultura interna de prestação de serviço à comunidade. As pessoas querem ajudar pelo prazer de fazer o bem. (UnC).

Temos um projeto muito relevante na FURB chamado “Atenção Integral a Gestante e ao Bebê no primeiro ano de vida. O objetivo do Projeto é desenvolver as intervenções sócio-educativas de caráter preventivo à gestante e ao recém-nascido. Além de proporcionar a troca de experiências, entre as gestantes e equipe, sobre o período gestacional, parto e dos primeiros cuidados com o bebê. Os grupos são abertos à comunidade e estão vinculados às disciplinas de Pré-Natal e Puericultura do curso de Medicina da FURB. Sendo realizado por acadêmicos dos cursos de Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Odontologia, Psicologia e Serviço Social. (FURB).

O Projeto DST/AIDS, é um projeto de grande impacto na sociedade, estamos trabalhando com portadores de AIDS a mais de 15 anos, levando atendimento psicológico, controle da doença, atenção aos familiares, enfim, a universidade tem um histórico importante junto a comunidade e ao combate a doença. (UNIVALI).

Pode-se dizer que projetos como os citados acima, obtêm respaldo nas palavras de Gasset (1999), quando sustenta que “uma das mais importantes missões da universidade é estender por equidade a setores amplos da sociedade, os conhecimentos gerados e acumulados na instituição”. Dias Sobrinho (1999 p.

106) complementa afirmando que “a universidade não produz para si mesma, a sua função é social”.

Na concepção de Melo e Novo (2003) a Universidade ao longo de sua história vem contribuindo de forma marcante no processo de construção do futuro da humanidade. Neste sentido, tem provocado muitas reflexões, especialmente no meio acadêmico, com vistas a uma redefinição de seu papel frente ao cenário atual (MELLO E NOVO, 2003).

Gasset (1999, p. 23) corrobora dizendo que a universidade tem um papel que vai além da sua missão que é a de preparar o estudante para “viver à altura do seu tempo”, mas para isto não basta a simples formação de profissionais, nem a dedicação exclusiva à pesquisa, ou em outras palavras, a universidade não se limita a sua missão, mas assume várias, inclusive a de formar cidadãos com consciência ética e preocupação social.

#### **b) Os principais focos e alvos das ações sociais**

Quanto aos focos das ações sociais todas as instituições entrevistadas concordaram que os principais são: Assistência, Proteção, Promoção, Amparo, Integração, Desenvolvimento e a Prevenção. Esta situação pode ser observada conforme o relato das entrevistas, tais como:

Para o entrevistado da IES 1, a Univali desenvolve projetos sociais que envolvem mais de um foco de ação como por exemplo o projeto “Comunidade Mãos a Obra” que envolve a questão da assistência, proteção, integração e desenvolvimento. Segundo o entrevistado este projeto já existe na instituição a mais de 20 anos:

É a universidade levando ao seu entorno, educação, saúde, lazer e desenvolvimento. Na verdade o projeto “Mãos a obra” que é desenvolvido no Bairro Imaruí trabalha todos estes focos de ação social. Estamos junto com a comunidade a quase vinte anos e hoje não há mais como a universidade não participar daquela comunidade, eles contam com a ajuda incondicional da Univali. . (UNIVALI).

Já o entrevistado da IES 5, expressa que a responsabilidade social da instituição é um compromisso permanente, tanto que os laboratórios da odontologia, fisioterapia estão aberto a disposição da comunidade o ano inteiro.

O projeto de Assistência odontológica, o qual consiste no atendimento odontológico integral à parcela da população que não possui condições financeiras, prestando serviços para crianças, adolescentes, adultos e idosos nas dependências da clínica odontológica da instituição tem repercussão em toda comunidade e já não há mais a possibilidade de recuar ou até mesmo diminuir estas atividades. (UNOESC).

Para o entrevistado da IES 1, a estrutura física da universidade, no que diz respeito a área da saúde, possui o que há de mais moderno em máquinas e equipamentos para os diversos tratamentos e atende centenas de pessoas carentes. Hoje, estas pessoas sabem que se não conseguir ajuda com o Governo Federal – SUS – Sistema Único de Saúde, irão encontrar respaldo na universidade (informação verbal).

A missão da UnC está associada ao resgate histórico das questões em que ela está inserida, trabalhando para melhorar o nível da comunidade, desta maneira o alvo das ações são as crianças, os adolescente, os velhos, enfim os menos favorecidos, segundo comentário do entrevistado da IES 3 (informação verbal).

Um dos projetos de grande relevância para nós é o Projeto TEIA – Tecnologia Educacional em Informática Aplicada, este projeto é desenvolvido por professores da UnC e aplicados a crianças oriundas de famílias de baixa renda em convenio com as associações de bairros, com o objetivo principal inserção no mundo da informática. Hoje temos em torno de 450 crianças beneficiadas anualmente. (UnC).

O entrevistado da IES 2 é enfático quando relata que para a Unifebe o principal foco das ações sociais é a assistência e cita como exemplo o Núcleo de Prática Jurídica, no qual faz diversos atendimentos e é muito procurado (informação verbal).

Com relação ao alvo das ações sociais os entrevistados citaram a criança e o adolescente como sendo o alvo mais comum nos projetos de extensão. O respondente da IES 3, citou o “Projeto PAI – Programa de Assistência e Infância”, como sendo um projeto de grande repercussão junto a comunidade.

Este projeto atende menores infratores no qual ensinamos informática, eles fazem teatro e além disto nos os alfabetizamos. Este projeto é um convênio com o Ministério público, e tem uma repercussão muito especial junto a comunidade. (UnC).

O entrevistado da IES 2, comentou que as crianças da Região de Brusque, esperam todos os anos ansiosamente a chegada do natal, período em que a

universidade sensibiliza a todos os seus acadêmicos a arrecadarem brinquedos, comidas e roupas para serem distribuídos. O alvo das ações passa a ser principalmente as crianças e os velhos.

Temos várias creches e abrigos cadastrados junto a instituição e a este projeto chamamos de “Evento Natal Unifebe”. A expectativa sempre é muito grande por parte principalmente das crianças. É um momento ímpar. (UNIFEBE).

Em pesquisa documental realizada, observa-se que em janeiro de 2004 foi elaborado um edital pela IES 1, com o título de “Edital Especial de Extensão”, no qual constam recomendações e considerações finais, independentemente da manutenção ou não da renovação do certificado de entidade filantrópica da Univali, no qual regulamentava os projetos de extensão definindo que estes deveriam ter explícitos os seguintes pontos: Título, Público Alvo, Foco das Ações, objetivo Geral, Área e classificação (assistência social ou Responsabilidade Social). Nas recomendações deste documento solicitava-se que os professores deveriam inclusive tentar envolver outros cursos na intensão de atender a um número maior de pessoas beneficiadas. Com esta iniciativa surgiu um grande projeto chamado: “Balneário Camboriú. Quem Gosta, Cuida!”. Este projeto envolveu os cursos de Nutrição, Direito, Enfermagem, Turismo e Hotelaria. O público alvo era a população fixa e flutuante de Balneário Camboriú.

O entrevistado da IES 1 continuou comentando que o maior problema está em dar continuidade a estes projetos, verificando se os alvos que foram beneficiados pela ação social ainda estão utilizando ou mantendo o que aprenderam (informação verbal), enquanto o entrevistado da IES 06 comenta que cada alvo atendido pelas ações sociais muitas vezes passa a ser um multiplicador (informação verbal).

Em um outro documento datado de agosto de 2003 e intitulado “Balanço Social 2002 – Unisul” apresenta-se às ações sociais desenvolvidas pela instituição mostrando que o foco das ações são a comunidade interna e externa, definindo assim que todos são atendidos indistintamente e gratuitamente na clinicas de saúde que a IES possui.

A Univali, Unisul, Unoesc e a Furb, que possuem estrutura física nas áreas de fisioterapia, odontologia, fonoaudiologia, medicina, entre outras, atendem milhares de pessoas de todas as raças e crenças indistintamente e gratuitamente, portanto o alvo das ações são todos os apresentados no início deste trabalho.

### **c) Os resultados das ações sociais obtidos e as formas de divulgação**

Os entrevistados foram unânimes em dizer que a sua instituição faz muitas ações em que a maioria da comunidade em geral não tem conhecimento. Isto porque não há uma divulgação direcionada destas ações.

A responsabilidade social é um movimento que vem a reboque da globalização. As ações de uma instituição de Ensino Superior interferem na vida de uma comunidade. Existem cidades que vivem em função de uma Instituição que lá está instalada; o fechamento dessa IES pode acarretar uma série de problemas, tais como: desemprego, prostituição, criminalidade. Desta maneira é de grande relevância que a comunidade tenha conhecimento das ações desenvolvida pelas IES. Uma peça de divulgação muito conhecida e importante é o Balanço Social.

O Balanço Social pode ser elaborado a partir de informações, orientações contábeis teóricas ou metodológicas. É publicado nos mais diversos meios de comunicação, por algumas entidades e apresenta dados que permitem identificar o perfil de atuação social da empresa em um determinado período e que representa a realidade desta. É utilizado por várias classes de usuários e visa atender a demanda de responsabilidade social da instituição para com a sociedade.

As entrevistas apontam que as instituições desenvolvem muitas ações sociais, de grande relevância para a sociedade, mas muitas vezes estes resultados não são divulgados. A análise documental mostrou que apenas as IES 4 e 5 (respectivamente Unisul e Unoesc) publicaram o Balanço Social.

O entrevistado da IES 4 fez a seguinte consideração com relação a forma de publicação das ações sociais:

O Balanço Social tem a função de mostrar mais do que números, dados, gráficos, interpretações contábeis, percentuais. O seu objetivo também é homenagear o bem mais valioso que a Unisul possui: o seu capital humano, capaz de produzir um conjunto de projetos e programas que são um exemplo para as universidades do Brasil e do mundo (UNISUL).

Com relação a temática, o entrevistado da IES 5 argumentou sobre a relevância da publicação do balanço social dizendo:

A divulgação do balanço Social da Unoesc tem duas finalidades principais. Em primeiro lugar, deseja-se colocar ao alcance do meio social satisfatória informação sobre as atividades que a Unoesc



desenvolveu no ano, para além das fronteiras do ensino, da pesquisa e da extensão enquanto obrigatoriamente inerente ao cumprimento de sua missão universitária propriamente dita. Trata-se de atividades que, se por um lado, ultrapassam as atividades-fim da universidade, são, por outro lado, implícitas ao compromisso social estatutariamente por ela assumido em troca da outorga, pelo poder público, do direito à filantropia conferido a sua fundação mantenedora. São atividades de extensão da universidade mas exercidas em decorrência da natureza filantrópica de sua mantenedora. Em segundo lugar, tem a finalidade de possibilitar que, tanto o poder público quanto a sociedade civil organizada, avaliem o peso social a ser atribuído às atividades aqui elencadas, enquanto ações voltadas para a inclusão social. Desta forma a informação possibilita a avaliação. Esta tem mão dupla: deve vir de dentro para fora e de fora para dentro da universidade (UNOESC).

O entrevistado da IES 1 argumentou que:

Na nossa instituição estava sendo desenvolvido um Balanço Social com o intuito de registrar e avaliar as ações anuais da universidade perante a sociedade e ao meio ambiente, mas em razão do problema com a renovação do certificado de filantropia o reitor achou melhor suspender a divulgação. Estamos na expectativa de poder retomar o trabalho, porque esta é a melhor forma de mostrarmos para o governo tudo o que fizemos em prol da coletividade. (Univali – Informação verbal).

Observa-se que a “fala” dos entrevistados está em conformidade com a literatura estudada, pois o balanço social é uma excelente ferramenta de divulgação das ações sociais desenvolvidas pelas instituições.

Visitando os sites das Universidades pesquisadas verificou-se que as IES 4 e 5 além de publicar o Balanço Social, divulgaram o mesmo na sua home page. As demais instituições também divulgam suas ações sociais na home page, mas chamando de “Responsabilidade Social” ou “Integração com a Comunidade”.

Denota-se uma unanimidade entre os entrevistados ao apresentar que os resultados dos programas e ações sociais são sempre positivos, não apresentando pontos fracos.

Alguns depoimentos apenas fizeram referência sobre as dificuldades que algumas IES filantrópicas tem de justificar a filantropia, já que o governo não

considera as ações sociais de caráter de responsabilidade social como assistência social, veja o comentário feito pela IES 1:

O relacionamento com a comunidade vai muito bem. O problema é a política do governo federal que não reconhece o verdadeiro assistencialismo feito pela instituição e desta maneira inviabiliza muitos projetos, já que a administração da universidade não encontra respaldo para justificar o desempenho financeiro (Univali).

#### **d) Comparação das experiências de ações sociais das IES pesquisadas**

Nas instituições pesquisadas observou-se que existem ações desenvolvidas que tem o mesmo foco, o mesmo alvo e o mesmo objetivo, apenas com títulos de projetos diferentes. Como representativo do posicionamento do grupo, destacam-se os conteúdos em seqüência:

A Furb tem o compromisso social de atender a comunidade, oferecendo diferentes serviços como por exemplo a assistência jurídica que é desenvolvido pelo curso de direito. (FURB).

O Escritório Modelo de Advocacia – EMA, atende diariamente diversas pessoas que estão necessitando de assistência jurídica, mas não tem condições financeiras de pagar pelo serviço e o governo não tem como atendê-las imediatamente. (UNIVALI).

O Núcleo de Práticas Jurídicas atende diversas pessoas por dia. São pessoas menos favorecidas que não tem como pagar por este atendimento e o curso de direito faz este trabalho gratuitamente. (UNIFEBE).

É de se destacar que, embora haja ações sociais com títulos diferentes, os focos e os alvos destas ações são comuns entre elas. Também destacamos que embora o balanço social seja uma excelente ferramenta de divulgação das ações sociais, existem outras formas de apresentar estes resultados a sociedade. No quadro apresentado em prosseguimento, sintetizamos estas diferenças e igualdades de divulgações e ações entre as instituições:

**Quadro 4 - Comparação das experiências**

<b>COMPARAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS - IES</b>						
	<b>INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - IES</b>					
	<b>IES 1</b>	<b>IES 2</b>	<b>IES 3</b>	<b>IES 4</b>	<b>IES 5</b>	<b>IES 6</b>
	<b>Univali</b>	<b>Unifebe</b>	<b>UnC</b>	<b>Unisul</b>	<b>Unoesc</b>	<b>FURB</b>
Publicação do Balanço Social	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
Divulgação na página da Internet das ações sociais	Divulga	Divulga	Divulga	Divulga	Divulga	Divulga
Apoio a campanha ou projeto desenvolvido pelo poder público	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Prestação de serviços gratuito na área da saúde	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Prestação de serviços gratuito na área jurídica	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Doações de bens materiais a pessoas carentes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Projetos Ambientais - Responsabilidade Social	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Observa-se na tabela 2 que as diferenças estão na questão da publicação do balanço social e na prestação de serviços gratuito na área da saúde. Nos demais itens da tabela todas são iguais no contexto divulgação na página da Internet das ações sociais; apoio a campanha ou projeto desenvolvido pelo poder público; prestação de serviços gratuitos na área jurídica; doações de bens materiais a pessoas carentes e responsabilidade social com relação ao meio ambiente.

Os parceiros das atividades sociais mais citados nas entrevistas são as entidades da sociedade civil e o poder público. Logo abaixo demonstramos na tabela os principais parceiros das ações sociais que foram apontados pelas IES:

### Quadro 5 – Parceiros das Ações sociais

<b>PRINCIPAIS PARCEIROS DAS AÇÕES SOCIAIS</b>
Entidades da Sociedade Civil / ONGS
Prefeituras / Secretarias Municipais
Outras Empresas
Associações / Federações / Confederações de Empresas
Governo de Estado / Secretaria de Estado
Órgãos Públicos Federais
Outros Agentes

Fonte: Elaborado pela autora.

### e) Quadro geral com as principais incidências das ações sociais nas IES pesquisadas

Observando-se as incidências das ações sociais das instituições pesquisadas podemos resumir as principais áreas por focos de ações. Percebe-se que as instituições têm atuado preferencialmente com a assistência e a proteção, embora todos os outros focos também sejam contemplados, conforme se pode verificar na tabela abaixo:

### Quadro 6 – Incidências das Ações sociais

<b>Áreas de incidências das ações sociais realizadas pelas IES</b>						
<b>Áreas de incidências</b>	<b>INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - IES</b>					
	<b>IES 1</b>	<b>IES 2</b>	<b>IES3</b>	<b>IES 4</b>	<b>IES 5</b>	<b>IES 6</b>
	<b>Univali</b>	<b>Unifebe</b>	<b>UnC</b>	<b>Unisul</b>	<b>Unoesc</b>	<b>FURB</b>
Creches / Educação Infantil	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Alfabetização de jovens e adultos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Assistência Social - Filantropia	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não
Cultura	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Desnutrição materno-infantil	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Geração de empregos e renda para grupos da comunidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Áreas de incidências das ações sociais realizadas pelas IES						
Áreas de incidências	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - IES					
	IES 1	IES 2	IES3	IES 4	IES 5	IES 6
	Univali	Unifebe	UnC	Unisul	Unoesc	FURB
Inclusão digital	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Meio Ambiente / Educação ambiental	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Profissionalização de adultos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Profissionalização de jovens	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Programas e Conselhos da área da criança e do adolescentes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Já na tabela 3, visualiza-se que as áreas de incidências das ações sociais realizadas pelas IES são semelhantes, com exceção da Unifebe, Furb e da UnC que não são entidades filantrópicas.

Alguns depoimentos dos entrevistados representantes das instituições pesquisadas, demonstram a percepção de que a ação social compartilhada é possível e desejável, e que depende da postura e iniciativa de alguns parceiros:

Acreditamos que o relacionamento da universidade com a comunidade deve basear-se na transparência de suas ações, ampliando o diálogo sobre seus impactos produtivos, bem como atuando proativamente nas discussões de caráter social, sendo a universidade um importante ator no desenvolvimento local. (UNIVALI).

As pessoas sabem que as instituições tem ações sociais em comum, e acabam procurando na universidade da sua região ações que tiveram conhecimento de outra instituição. É como se falássemos uma mesma linguagem. (UNIFEBE).

Já houve caso de recebermos pessoas dizendo que uma parente procurou a IES “tal” e teve ajuda gratuita e se ela não poderia ter a mesma ajuda na Furb. (FURB).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta etapa, busca-se trazer o resultado do estudo, subdividido em conclusão e recomendações que são descritos na seqüência.

A seguir são apresentadas as conclusões da pesquisa, tendo em vista os resultados obtidos, com algumas recomendações para futuros trabalhos a serem desenvolvidos.

### **5.1 Conclusão**

O presente estudo alcançou os seus objetivos no sentido de que analisou os programas e ações consideradas como de Assistência e Responsabilidade Social desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior do Sistema ACADE. Ao levantar os programas e ações realizados pelas IES pesquisadas ficou claro que as estas tem os mesmos focos e ações de cunho social no seio da universidade.

O que ficou evidenciado nas IES pesquisadas, que tiveram a iniciativa de empreender no tema, foi a revelação sobre a existência de formas de trabalho social. Um fato muito curioso observado, foi a aparente timidez em divulgar as ações sociais realizadas. A divulgação aparece como uma faca de dois gumes. Por um lado, o marketing social, que é bem visto pelos acadêmicos que buscam universidades preocupadas em fazer a sua parte. Por outro lado, o receio de que, se divulgadas as ações, esta iniciativa represente autopromoção, causando então a repulsa de um público mais conservador. Esse conflito de idéias vem travando a divulgação das ações isoladas realizadas pelas IES e necessita ser resolvida.

Outra constatação, positiva, foi à disponibilidade em desenvolver projetos de ação social. Este fato representa um bom sinal de que as universidades têm interesse em fazer a sua parte na construção de uma sociedade melhor.

Apesar de muito ter se enfatizado sobre a assistência e a responsabilidade social, fica claro que todos os dados expostos se referem à ação social como um todo. Por fim, é grande o número de colaboradores que demonstraram não diferenciar entre assistência social e responsabilidade social. A elucidação de

conceitos constituiu-se em desafio para a pesquisa, onde se buscou difundir o entendimento sobre estes assuntos. Contudo, espera-se que tenha ficado mais clara a semelhança e a diferença entre os dois assuntos, que são muitas vezes confundidos.

A pesquisa também detectou a existência de um movimento significativo de reorganização no que diz respeito às ações sociais, talvez porque diante da nova concepção do MEC para a avaliação da educação superior, designada pelas Portarias MEC/SESu nº 11 de 28/04/2003 e nº 19 de 27/05/2003 e instalada pelo Ministro da Educação, Cristovam Buarque, que em 29/04/2003 aprovou o novo sistema de avaliação das IES (SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), portanto a responsabilidade social das IES será medida e avaliada.

Nas várias IES pesquisadas, os dados sugerem que a preocupação com a comunidade vai além da sua responsabilidade legal. A Universidade, em especial a brasileira - mesmo com sua pequena idade - não pode fechar os olhos à realidade sociocultural de nosso País.

Em outras palavras, uma Universidade deve cuidar para que tenha meios próprios de desenvolver atividades sociais, unindo diretamente o futuro profissional com o destinatário de seus serviços ou trabalho; deve transmitir a consciência de que a produção de conhecimento só tem sentido quando estes mesmos conhecimentos são direcionados para a libertação e para a superação das dificuldades do ser humano marcado por formas graves de injustiça, de marginalização social e de degradação do meio ambiente. Por exemplo, a Faculdade de Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia, dentre outras, devem aperfeiçoar os serviços de atendimento à população carente; em sua formação universitária, o acadêmico deve, desde seu ingresso na Universidade, familiarizar-se com esta experiência/aprendizado.

Portanto, estar-se-á formando um profissional e, principalmente, um cidadão que teve um mínimo de contato entre o saber teórico e a necessidade sociocultural prática; este profissional sentirá, desde cedo e na pele, a necessidade humana clamando por aquela determinada formação, não só profissional, mas ética e moral, um comprometimento muito sério com a melhora da qualidade de vida social, com efetivas demonstrações de interesse e participação no trato do humano, visando ao bem comum; esta é, repetimos, a Responsabilidade Social das Universidades.



## 5.2 Recomendações

Ao se concluir a pesquisa, observaram-se alguns aspectos relacionados com a questão da filantropia, no qual o governo define com “Assistência social”, ou seja, o puro assistencialismo. Portanto, por mais difícil que seja o desmembramento da assistência e o da responsabilidade social, diante do aspecto legal, no qual justifica o caráter filantrópico de algumas IES, não puderam ser abordados ou aprofundados nessa pesquisa, tendo em vista seus objetivos. Sendo assim, recomenda-se um estudo mais detalhado e aprofundado dos seguintes aspectos:

- a) As ações efetivamente consideradas de assistência social nas Universitárias;
- b) A definição real do grau de carência;
- c) A forma de controle destas ações;
- d) A interpretação correta da legislação vigente diante da aplicação em gratuidade.

Para finalizar, espera-se ter contribuído para um melhor e mais amplo entendimento do tema proposto. Considerando-se que a Responsabilidade Social de uma instituição universitária não implica em transformá-la em prestadora de serviços assistenciais; porém, implica, necessariamente, num trabalho interativo entre os futuros profissionais que se deseja formar e os imediatos necessitados dos serviços prestados por estes profissionais.

## 6 REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. A.; YUNG, M.; MORALES, S. **Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais**. São Paulo: Premio Ethos.
- ASHLEY, P. A. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR: 14724**. Apresentação de trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro: ABNT, ago. 2002. 6 p.
- BENEDICTO, L. S. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. São Paulo: [S.n.], 1997.
- BRASIL, Diário Oficial da União. **Resgate histórico da Assistência...** Brasília: DOU, 25/11/2002.
- \_\_\_\_\_, Ministério da Educação.. **Portaria do Ministério da Educação e Cultura**. Promulgada em 28 de abril de 2003. MEC/SUS n. 11.
- \_\_\_\_\_, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Supervisão Editorial: Jair Lot Vieira. 4 ed. São Paulo: EDIPRO, 1995.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- COLOSSI, N. *La universidad en el contexto de las transformaciones globales*. In: COLOSSI *et al.* **A gestão universitária em ambiente de mudanças na América do Sul**. Blumenau: Nova Letra, 2002. p. 23-31.
- DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_, J. Concepções de universidade e de avaliação institucional. In: **Universidade em Ruínas: na república dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes/ Rio Grande do Sul: CIPEDS, 1999.
- DRUCKER, P. F. **Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos: princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira, 1994.
- GASSET, J. O. **Missão da Universidade**. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 1999.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, nov./dez. 1995.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRAJEW, O. A nova alma do negócio. Disponível em: <<http://www.portaldovoluntario.org.br>>. Publicado em: 05/04/2001. Fundação do Instituto Ethos. Acesso em: 23/01/2004.

GRAJEW, O. Negócios e responsabilidade social. *In*: ESTEVES, S. (Org.) **O dragão e a borboleta: sustentabilidade e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Axis Mundi: 2000.

HARTWIG, B. **Um Estudo sobre as informações que as empresas da região metropolitana de Curitiba evidenciam no Balanço Social enquanto Instrumento de acompanhamento de sua Responsabilidade Social**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-econômico Programa de Pós-Graduação em Administração. Orientação de Ilse Maria Beuren, Dra. 125 f. UFSC: Florianópolis, 2002.

LEISEINGER, K. M.; SCHMITT, Karin. **Ética Empresarial: Responsabilidade global e gerenciamento moderno**. São Paulo: Vozes, 2001, p. 86-93.

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social. nº. 8742, de 07 de dezembro de 1993. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em 30/04/2004, 20h15.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCOVITCH, J. **A Universidade Impossível**. São Paulo: São Paulo, 1998.

MARIANO, R. P. **Elementos Principais dos Diferentes Modelos Propostos de Balanço Social**. Revista Pensar Contábil. Rio de Janeiro: ano III, n. 9, p. 27-32, ago-out. 2000.

MARTINS, E., RIBEIRO, M. de S. A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. *In*: **Revista Interamericana de Contabilidade**. n. 60, p.31-40, out/dez 1995.

MELLO, P.; NOVO, L. F. *In*: **Universidade Empreendedora: fortalecendo os caminhos para a responsabilidade social**. Apresentado no III Colóquio Internacional de Gestão Universitária da América do Sul, Buenos Aires, Argentina, maio, 2003.

MINAYO, M. C. S. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

PAES, J. E. S. **Fundações e Entidades de Interesse Social**: Aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. 2. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

PAIVA, S. B. **Cidadania Empresarial**: aspectos sociais e contábeis. Revista Brasileira de Contabilidade, ano XXX, n. 129, maio/junho 2001, p. 29-35.

PRIORI, A. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 32; janeiro de 2004; ISSN 1519.6186

RICHARDSON, J. R. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

RISTOFF, D. I. **Universidade em Foco**: reflexões sobre a educação superior. Florianópolis: Insular, 1999.

ROESCH, S. M. A. **Projeto de estágio e de pesquisa em administração**: guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de casos. 2. ed. São Paulo, Atlas, 1999.

ROGATTO, M. **“Brazilianização” e Responsabilidade Social**. Gazeta Mercantil, p. 02. 09 de janeiro de 2001.

SILVIA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. UFSC/PPGEP/LED. Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2000.

SOBRE O INSITUTO ETHOS. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em 18/6/2003.

TOLDO, M. *et al.* Responsabilidade Social Empresarial. p. 76-77. In: **PREMIO ETHOS**. Valor Econômico. Petrópolis, RJ: Ed. Fundação Petrópolis, 2002.

TOLDO, M. **Selos sociais e responsabilidade social corporativa**: um estudo de caso em Criciúma-SC. Florianópolis, 2003.

TRINDADE, H. **Apresentação Educación y Sociedad**. v. 5, n.1-2, CRESALC-UNESCO, Caracas, 1994.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995.

UNESCO. **Documento para mudança e desenvolvimento na Educação Superior**, 1995.

## APÊNDICES

## APÊNDICE 1

### ROTEIRO DA ENTREVISTA NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - IES



## ASSISTÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL: AS EXPERIÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARTICIPANTES DO SISTEMA ACAFE.

### OBJETIVO DA PESQUISA

#### Orientação sobre a pesquisa:

Caracterizar as ações sociais que são desenvolvidas em Assistência e Responsabilidade Social nas IES vinculadas ao sistema Acafe; assim como levantar os Programas e Ações realizadas pelas IES pesquisadas e comparar as experiências.

#### Metodologia:

Este estudo se caracteriza como exploratório e descritivo, permitindo ao pesquisador um acréscimo de experiência em torno do problema.

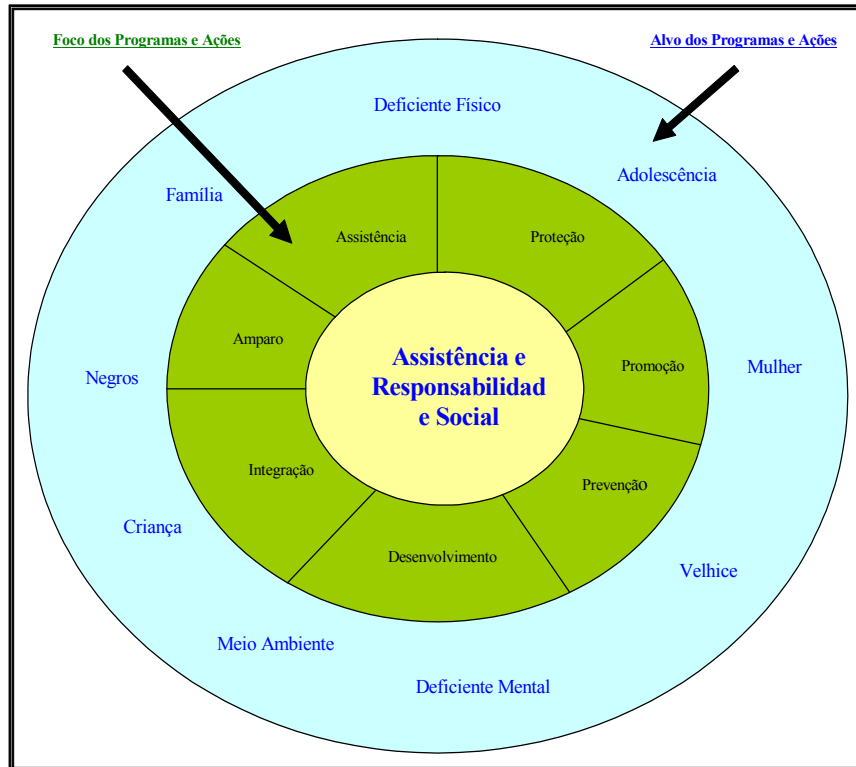
Optou-se como método de pesquisa uma entrevista (aberta) junto aos departamentos de Extensão das IES, com o intuito de conhecer as ações sociais das instituições educacionais do Estado de Santa Catarina abrangidas pelo Sistema ACAFE. Esta entrevista foi aplicada a algumas IES independentemente do seu tamanho ou da sua classificação quanto ao aspecto social.

### DEFINIÇÕES

#### Orientação sobre os conceitos trabalhados na pesquisa:

O papel das universidades transpõe o da formação técnica. Mais do que isso é essencial formar cidadãos.

É preciso enfatizar que a assistência e a responsabilidade social tem focos e alvos de ações muito semelhantes, no qual se torna muitas vezes complicado distinguir um ou outro. Na figura abaixo tentamos sintetizar os focos e o alvo das ações de assistência e responsabilidade social:



Fonte: elaborado pela autora.

A assistência e a responsabilidade social realizam-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, assim como a proteção ao meio ambiente. Os focos das ações podem ser definidos como:

Foco das Ações de Assistência e Responsabilidade Social	Interpretação
1. Assistência	Socorrer a todos, indistintamente; melhorar a vida da população, sendo priorizada a atenção a infância e à adolescência em situação de risco pessoal e social.
2. Proteção	Proteger à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; ao meio ambiente.
3. Promoção	Promover os menos favorecidos ao mercado de trabalho.

<b>Foco das Ações de Assistência e Responsabilidade Social</b>	<b>Interpretação</b>
4. Amparo	Amparar às crianças e adolescentes carentes; aos idosos e aos desamparados.
5. Integração	Integrar os menos favorecidos ao mercado de trabalho (habilitação e reabilitação profissional).
6. Desenvolvimento	Desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental)
7. Prevenção	Criar apoios nas situações circunstanciais de vulnerabilidade, evitando ou prevenindo que o cidadão caia do patamar de renda alcançado ou perca o acesso que possui aos bens e serviços

Quadro II – Definição do foco das ações de assistência e responsabilidade social baseado no art. 2º da Lei nº 8.742/93.

Fonte: quadro elaborado pela autora.



## ENTREVISTA

### Dados do entrevistado para contato:

Nome: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Depto e/ou Sessão: \_\_\_\_\_

Cargo que ocupa: \_\_\_\_\_

### Caracterização da IES:

Razão Social: \_\_\_\_\_

Número de Campi: \_\_\_\_\_

Cidade onde se localiza o Campus sede: \_\_\_\_\_

Tipo de Entidade: com ou sem fins lucrativos \_\_\_\_\_

### Questões da entrevista:

\* Percepção da IES para a Assistência e ou Responsabilidade Social.

\* As diferenças e as semelhanças entre elas.

\* Normas internas da IES para Assistência e responsabilidade Social.

\* Dos Programas e ações de Assistência e Responsabilidade Social que a IES tenha feito, qual a repercussão na comunidade?

\* A comunidade tem conhecimento das ações de A e RS da IES? De que forma?

\* Quais os resultados (positivos / negativos)?

\* Quais os problemas ou dificuldades encontrados?

\* Você concorda que a assistência e a responsabilidade social é mais uma das importantes atribuições da IES além do Ensino, Pesquisa e Extensão?

\* Existe hoje, alguma preocupação da IES em dar um tratamento especial para estas ações?

\* Quais os principais focos das ações exercidas pela IES?

\* Questões sobre os focos:

a) Quais são as ações que estariam ligadas diretamente ao foco de Assistência? Qual a mais importante? Quais os resultados obtidos?

b) Quais são as ações que estariam ligadas diretamente ao foco de Proteção? Qual a mais importante? Quais os resultados obtidos?

c) Quais são as ações que estariam ligadas diretamente ao foco de Promoção? Qual a mais importante? Quais os resultados obtidos?

d) Quais são as ações que estariam ligadas diretamente ao foco de Amparo? Qual a mais importante?

Quais os resultados obtidos?

e) Quais são as ações que estariam ligadas diretamente ao foco de Integração? Qual a mais importante? Quais os resultados obtidos?

f) Quais são as ações que estariam ligadas diretamente ao foco de Desenvolvimento? Qual a mais importante? Quais os resultados obtidos?

g) Quais são as ações que estariam ligadas diretamente ao foco de Prevenção? Qual a mais importante? Quais os resultados obtidos?

**Ministério da Educação e Cultura (MEC):**

\*Pela nova concepção do MEC para a avaliação da educação superior, designada pelas Portarias MEC/SESu nº 11 de 28/04/2003 e nº 19 de 27/05/2003 e instalada pelo Ministro da Educação, Cristovam Buarque, que em 29/04/2003 aprovou o novo sistema de avaliação das IES (SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), você sabia que um dos critérios que avaliará as IES será a questão das ações de RS?

\* A IES está preparada atualmente para este novo item de avaliação?

\* Espaço livre para comentários e/ou sugestões sobre o assunto.

[cmelim@univali.br](mailto:cmelim@univali.br)